

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
JÉSSICA DUARTE DE SOUZA

TRABALHO E RAÇA:

Perfil dos(as) Trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-Abolição
(Florianópolis, 1894-1930)

Florianópolis

2016

JÉSSICA DUARTE DE SOUZA

TRABALHO E RAÇA:

Perfil dos(as) Trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-Abolição
(Florianópolis, 1894-1930)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela e Licenciada em História, pelo Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Beatriz Gallotti Mamigonian

Florianópolis

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às ¹⁴ horas, na Sala 302 do Bloco EFI – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Beatriz Gallotti Mamigonian**, Orientadora e Presidente, o Professor **Waldomiro Lourenço da Silva Júnior**, Titular da Banca, e o Mestrando **Vinicius Possebon Anaissi**, Suplente, designados pela Portaria nº47/HST/16 da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Jéssica Duarte de Souza**, subordinado ao título: **“Trabalho e Raça: Perfil dos(as) Trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-Abolição (Florianópolis, 1894-1930)”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Beatriz Gallotti Mamigonian**, a nota final 8,5, do Professor **Waldomiro Lourenço da Silva Júnior**, a nota final 8,5, e do Mestrando **Vinicius Possebon Anaissi**, a nota final 8,5; sendo aprovada com a nota final 8,5. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital, ao Departamento de História, até o dia nove do mês de dezembro de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 2 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.ª **Beatriz Gallotti Mamigonian** Beatriz Gallotti Mamigonian

Prof. **Waldomiro Lourenço da Silva Júnior** Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Mestrando **Vinicius Possebon Anaissi** Vinicius Possebon Anaissi

Candidata **Jéssica Duarte de Souza** Jéssica Duarte de Souza



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica Jéssica Duarte de Souza, matrícula n.º 11201603, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Trabalho e Raça: Perfil dos(as) Trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-abolição (Florianópolis, 1894 - 1930)" com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 8 de dezembro de 2016.

Assinatura manuscrita em tinta preta que lê "Beatriz Gallotti Mamigonian".

Orientador(a): Beatriz Gallotti Mamigonian

*Ao alfaiate Francisco e à doméstica Marlene,
dois trabalhadores brasileiros cuja estratégias de
sobrevivência acompanho cotidianamente.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao povo trabalhador brasileiro por financiar meus estudos. Na atual conjuntura do país, de um governo golpista, é essa população que mais sente na pele toda a retirada de direitos que esse governo representa. Como cotista por escola pública, assim como muitos(as) brasileiros(as), faço parte da primeira geração familiar a ter acesso a universidade. Essa condição é fruto dos avanços da inclusão social que o Brasil teve nos últimos anos, agora ameaçados pelo desgoverno Temer.

Aos meus pais, Marlene e Francisco, por todo apoio e incentivo que me foi dado. Foi graças a vocês, a tudo que se privaram, que pude me dedicar exclusivamente a graduação nesses cinco anos. Espero algum dia poder retribuir ao menos parte da entrega e carinho que vocês continuamente me fornecem.

Também quero expressar meus agradecimentos aos professores do Departamento de História e de Metodologia de Ensino da UFSC, em especial ao Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado, a quem tive o privilégio de fazer parte do mesmo projeto de pesquisa por quase metade da graduação. A paixão por arquivos e pela pesquisa foi adquirida junto de seu convívio.

A minha orientadora, Beatriz Gallotti Mamigonian, pela sua atenção, dicas e leituras sempre muito cuidadosas ao trabalho. Aos membros da banca, Prof. Dr. Waldomiro Lourenço da Silva Junior e Prof. Vinícius Possebon Anaissi, que prontamente aceitaram o convite.

A passagem do Prof. Dr. Nauber Gavisk da Silva na minha formação foi de suma importância. Foi com a leitura e debate fomentado em suas aulas que o tema dessa pesquisa surgiu e "descobri" o fascinante mundo do trabalho. Sua atenção e gentileza, principalmente com as primeiras dúvidas, foram essenciais para a construção desse trabalho.

Agradeço ao Instituto Carl Hoepcke pela autorização de pesquisa ao acervo, em especial ao Sr. Max José Müller, Rinaldo Viana e Inês, pelo atendimento no local. Ao Secretário Geral da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, André Luiz Resende, por permitir meu acesso ao arquivo da instituição e conceder isenção dos custos para a pesquisa.

Ao longo desses cinco anos foram muitos laços de amizades adquiridos. Gostaria de agradecer especialmente aos meus colegas de turma e minhas companheiras do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura.

A Dandara de Oliveira, pela parceria nos estudos e, principalmente, por sua amizade. Foi ela quem chamou atenção à falta de pesquisas sobre os(as) trabalhadores(as) da Companhia Hoepcke, em Florianópolis.

Ao Rodrigo Porto, por seu carinho e compreensão nas minhas constantes ausências nos últimos meses. Obrigada pelo incentivo.

Ao meu irmão Rafael, maior exemplo de superação que eu poderia ter. Foi ele minha principal fonte de coragem para deixar o antigo projeto do trabalho e me aventurar nesse novo tema.

RESUMO

Esse trabalho analisou a inserção da população negra no mercado de trabalho formal em Florianópolis na Primeira República. A amostra foi um livro de registro de funcionários(as), provavelmente de 1928, da fábrica de Pontas Rita Maria, pertencente a Companhia Hoepcke, do imigrante alemão Carl Hoepcke. Alicerçado nos dados das fichas que compõem o livro, foi estabelecido o perfil dos(as) trabalhadores(as) da fábrica através de divisões em faixas salariais, considerando a hierarquia de serviço, baseada no tempo de trabalho, cargo e idade. Diante da análise pode-se perceber um espaço de trabalho diversificado, com mulheres e homens, imigrantes, nacionais, negros e brancos convivendo na mesma instituição, porém, com lugares demarcados. Entre o grupo masculino uma hierarquia étnica e racial se fez bastante clara, em contraponto, o conjunto feminino não apresentou tanta distinção entre si, mas retratou notável diferença salarial em relação aos homens. Além das questões diretamente relacionadas ao salário, a pesquisa traz algumas discussões sobre o universo do trabalho na sociedade brasileira nesse período, como leis de férias e de acidentes de trabalho.

Palavras-chave: Classe trabalhadora, Florianópolis, Hoepcke, Pós-abolição.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Fotografia da ficha do trabalhador Manoel dos Santos Magano.....	36
Imagem 02 - Planta baixa da Fábrica de Pontas Rita Maria	42
Imagem 03 - Trabalhadores da Fábrica de Pontas Rita Maria - 1900.....	44

LISTA DE MAPA

Mapa 01 - Área central de Florianópolis em 1921.....	34
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Levantamento de empresas inscritas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC) entre os anos de 1920 e 1930.....	28
Tabela 02 - Distribuição dos estabelecimentos industriais por município - 1907.....	29
Tabela 03 - Faixas salariais x Quantidade de trabalhadores.....	48
Tabela 04 - Relação de salário com tempo de serviço e idade.....	48
Tabela 05 - Relação das faixas salariais e cargos dos trabalhadores.....	50
Tabela 06 - Faixas salariais x Quantidade de trabalhadoras.....	56
Tabela 07 - Relação de salário com idade e cargo.....	57
Tabela 08 - Número de trabalhadoras com registro de saída do serviço.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS POSSIBILIDADES NO MERCADO DE TRABALHO E A PERSPECTIVA DO PÓS-ABOLIÇÃO	19
1.1 Pós-abolição como problema histórico.....	19
1.2 Contexto econômico e social de Florianópolis	21
1.2.1 A Companhia Hoepcke e sua influência no cenário econômico de Santa Catarina	31
2. O ESPAÇO DE TRABALHO	36
2.1 O Livro de Registro de Funcionários.....	36
2.2 Funcionamento da Fábrica.....	41
2.3 Os(as) trabalhadores(as) da Fábrica.....	44
2.3.1 O grupo masculino	47
2.3.2 O grupo feminino	56
2.3.3 Considerações sobre os grupos	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
FONTES	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

No dia sete de agosto de 1900, na cidade de Florianópolis, nascia Manoel dos Santos Magano. Manoel, menino negro, foi batizado no dia 19 de outubro de 1901, na paróquia Nossa Senhora do Desterro. O menino tinha ao menos um irmão mais velho, que provavelmente estava presente, junto com sua mãe, Maria Clara Magano, e seus padrinhos, no momento do batismo. Seu pai era falecido nessa data. Manoel cresceu em Florianópolis. Aos 16 anos conseguiu emprego na fábrica de Pontas Rita Maria, pertencente a uma importante empresa da cidade. Aos 25 anos se casou com Aurora da Conceição. Não sabemos de sua família, quais pessoas entre as gerações de seus pais, avós e bisavós haviam vivido como escravizados, mas é certo que Manoel tinha ascendência africana. Manoel foi um dos(as) afrodescendentes que vivenciaram e auxiliaram na construção econômica e social de Florianópolis. Ele, integra um grupo que por muito tempo foi esquecido pela história da cidade.¹

Essa pesquisa, dentro dos limites que um trabalho de conclusão abarca, traz alguma visibilidade para a população afrodescendente de Florianópolis. O objetivo desse estudo é verificar o papel ocupado por eles no mercado de trabalho formal da cidade e ao mesmo tempo analisar o perfil da classe trabalhadora da cidade no pós-abolição. A principal fonte a ser utilizada é um Livro de Registro de Funcionários da Fábrica de Pontas Rita Maria, da Companhia Hoepcke, constituído em 1928. A Fábrica foi inaugurada em 1896 e no livro há trabalhadores contratados desde o momento de abertura do estabelecimento. Compreendo que os estudos dos mundos do trabalho, dentro da chave de análise do pós-abolição, se confundem com o "fazer-se" da classe trabalhadora², portanto, algumas das discussões acerca do assunto, como legislações do período, são abordadas nesse trabalho, mesmo que minimamente.

¹BRASIL, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977. **Batismos**. Nº 39. Ano: 1897/1899, Florianópolis. **Batismos**. Nº 41. Ano: 1899/1902. Florianópolis. Disponível em: <https://familysearch.org>. Acessado em: junho de 2016. CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)]**.

²Essa expressão foi utilizada por Thompson no estudo sobre a classe operária inglesa, em que a compreende como um processo ativo. "A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se". Nesse sentido, essa concepção é bastante importante para o estudo da classe trabalhadora brasileira, que precisa considerar as ações e experiências dos ex-escravizados para a resignificação da classe que ocorre nesse período. O entendimento de classe também parte da definição de Thompson, como um fenômeno histórico, "como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas," algo fluído, que escapa a análise ao ser engessado. In: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 p. 9. (Vol I.A árvore da liberdade).

A Companhia Hoepcke, sob responsabilidade do imigrante alemão Carl Hoepcke, era a principal empresa da cidade e umas das mais importantes de Santa Catarina. Suas atividades se estendiam para diferentes setores econômicos, em consequência disso, empregou quantidade expressiva de mão de obra e exercia influência econômica e social bastante significativa no município.³ Esse trabalho estuda um dos empreendimentos da empresa, a fábrica de Pontas Rita Maria (confeção de pregos), inaugurada em 1896, sendo o maior estabelecimento industrial do município no momento de sua abertura. Apesar da importância do estabelecimento para a dinâmica do trabalho da cidade, não há pesquisas a respeito dos seus trabalhadores(as) e prática de funcionamento.

Em Santa Catarina, assim como nos demais estados da região sul do Brasil, há certa "invisibilidade" dos(as) negros(as) na memória local. Segundo Ilka Boaventura Leite, para Santa Catarina, isso resulta em um dos suportes para o branqueamento do estado, pois a invisibilidade é um mecanismo que nega a existência como maneira de resolver a impossibilidade de banir esses sujeitos da sociedade.⁴ Em Florianópolis, devido às comemorações do bicentenário da colonização açoriana na cidade, ocorrida em 1940, a noção de "homem do litoral" catarinense foi redefinida pelas autoridades políticas e intelectuais locais. Nesse momento ocorria uma disputa pela memória e história da cidade, entre a colonização açoriana e alemã. Os açorianos estavam perdendo espaço na memória local, vistos como uma população não "habituada" ao trabalho, ao contrário dos alemães, associados ao desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Com a nova interpretação os açorianos começaram a gozar de prestígio, lugares de memória foram demarcados e uma percepção seletiva do passado foi resgatada.⁵ Nesse contexto, a disputa pela ancestralidade européia encobriu ainda mais a herança africana na cidade.

A falta de atenção, e até mesmo a "insignificância" econômica atribuída à escravidão, contribuiu para essa visão. A economia catarinense era tida como pouco expressiva anteriormente à fundação das colônias de Blumenau e Joinville e assim, o auge da escravidão no litoral e na Ilha de Santa Catarina foi por um tempo

³ BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

⁴ LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 41.

⁵ FLORES, Maria Bernadete Ramos. A autoridade do passado. In: **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 123.

negligenciado pela historiografia.⁶ Na visão de Walter Piazza, as fracas condições econômicas eram os motivos para o emprego de mão de obra escravizada na província em pequena escala. Os luso-brasileiros teriam pouco poder financeiro para adquirir escravos. Com a chegada de grande quantidade de imigrantes ao estado, o local se consolidaria por uma economia agrícola com base em trabalhadores(as) livres.⁷ Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso reconheceram a existência do uso de mão de obra escravizada na economia da capital da província, mas assim como Piazza, interpretaram como pouco expressivo. Reconheciam que a economia catarinense fornecia o seu principal produto ao mercado nacional, a farinha de mandioca, mas acreditavam que fosse apenas nos momentos de crise de produção dos grandes centros. Para os autores, a pouca importância da escravidão no local também se devia à economia de pouca remonta, que se desenvolveria apenas com a introdução de imigrantes.⁸

A releitura desse quadro por pesquisas recentes, com olhos da história social, trouxe outras impressões sobre a relevância econômica e social da presença africana no estado e na capital. Beatriz Mamigonian associou a chegada de africanos novos à dinamização da economia de abastecimento interno entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. A exportação da farinha de mandioca demonstra a integração da agricultura da província à economia de abastecimento interno, que estava articulada ao comércio com a África. Da mesma maneira, nas primeiras décadas do século XIX, auge da escravidão no Brasil, os escravos em Desterro possuíam sua própria irmandade: Nossa Senhora do Rosário e Benedito dos homens Pretos. O fato de terem sua própria irmandade demonstra o número considerável de escravos entre a população do município.⁹ Em 1855, cinco anos após o fim do tráfico atlântico, o total de escravizados era de 1.463, 25% do total da população da Ilha, que era de 5.611 habitantes.¹⁰ Além das questões econômicas, Henrique Espada analisou os diversos modos de ser escravo e as variadas circunstâncias da escravidão no município, assim como as experiências de

⁶MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 11.

⁷PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária.** Florianópolis: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária, 1975. p. 219.

⁸CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional.** São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

⁹MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio C. Jucá; CAMPOS, Adriana (Orgs). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** Vitória; Lisboa; Brasília: UFES; IICT; CNPq, 2006. p. 619.

¹⁰POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org).op. cit. p. 160.

liberdade, em que a concessão de alforria, em muitos casos, mantinha as relações entre o liberto(a) e ex-senhor(a) até o fim da vida do ex-senhor(a)¹¹.

Partindo das pesquisas que demonstraram a importância da escravidão para a cidade, considerando a proporção local, a pergunta que deu início para a pesquisa desse estudo foi: onde estavam os descendentes dos escravizados no mundo do trabalho da capital catarinense após 1888? A primeira dificuldade encontrada foi a respeito do próprio universo do trabalho de Florianópolis. A produção historiográfica preocupada com os(as) trabalhadores(as) da cidade no período republicano é bastante esparsa.¹² Nesse sentido, o pouco mapeamento de fontes e exploração sobre o assunto, se agravou devido à escolha de trabalhar com um setor formal de mercado de trabalho. A inclinação para esse setor ocorreu pela falta de pesquisas a respeito da esfera industrial de Florianópolis. Maria das Graças Maria em um importante estudo sobre o cotidiano e experiências das populações negras no município, entre os anos de 1930 e 1940, identificou o trabalho informal como a principal ocupação dos(as) negros(as) e as atividades que exerciam.¹³ Portanto, a carência de análise do papel ocupado pelos negros e negras no trabalho formal da cidade se fazia mais urgente.

O livro de registro de funcionários que embasa esse estudo foi pesquisado no acervo do Instituto Carl Hoepcke. Esse livro reúne 108 fichas de empregados(as) da Fábrica de Pontas, com um trabalhador da Fábrica de Gelo, outro estabelecimento da empresa. O Instituto Carl Hoepcke é um arquivo de iniciativa privada, voltado para preservação da memória do alemão Carl Hoepcke e da imigração alemã na cidade. No momento da pesquisa no arquivo, a documentação sobrevivente a respeito do funcionamento das fábricas e sobre seus trabalhadores(as), era escassa e entre elas poucas estavam organizadas. Apesar das dificuldades para o primeiro contato, o livro de registro de funcionários pôde ser acessado diversas vezes para a pesquisa.

Além do problema de localização e acesso às fontes que correspondiam ao mercado de trabalho formal de Florianópolis, os estudos que pretendem compreender a

¹¹LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: *Ibidem*. p. 203.

¹²Alguns dos trabalhos mais recentes sobre o mundo do trabalho republicano na cidade são: ANAISSI, Vinicius Possebon. **Vivenciando uma Cidade em Transformação: Cotidiano de classes populares no centro de Florianópolis (1900-1920)**. (Monografia). UFSC, Departamento de História, Florianópolis, 2009. e. LEUCHTENBERGER, Rafaela. **“O Lábano protetor da classe operária”**: As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). 2009. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.

¹³MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

população negra no pós-abolição esbarram constantemente na falta de declaração da cor dos indivíduos nos documentos.¹⁴ As fichas de registro de funcionários que compilam o livro não foram diferentes, também não há campo para a declaração de cor nos registros, porém, nessa documentação há uma foto 3x4 dos(as) trabalhadores(as). Tendo em vista o problema de identificação a partir do fenótipo realizei, inicialmente, uma seleção pelo registro fotográfico para a partir dali fazer uma busca em registros paroquiais/civis dos ascendentes desses(as) trabalhadores(as). Entre as informações das fichas havia a data de nascimento do(a) funcionário(a) e os nomes dos pais. Com base nesses dados foi empregado o método da pesquisa nominal para localizar o registro de nascimento e/ou casamento dos pais e/ou avós dos(as) trabalhadores(as), e buscar a condição social (escravo ou liberto) ou ainda a origem africana de seus ascendentes.¹⁵ A pesquisa foi executada no site Family Search, portal com os registros paroquiais e civis disponíveis online.

A metodologia da busca nominal é bastante utilizada para os estudos da escravidão no Brasil, e para as trajetórias de ex-escravizados(as) na primeira década após 1888. As pessoas relacionadas no livro, em sua maioria, fazem parte da segunda ou terceira geração pós escravidão. Devido às próprias condições da liberdade no final do período escravista, com a existência de grande número de libertos e com a promulgação da lei de Ventre Livre, em 1871, pela qual as crianças nascidas após essa data eram consideradas livres, foi difícil a localização de possíveis ascendentes escravizados dos(as) funcionários(as) identificados visualmente como negros no livro. Entre os trabalhadores(as) em cujos registros de batismo havia o nome completo dos avós paternos e maternos, e dos quais foram encontrados algum tipo de registro paroquial, não houve casos que referenciasse a escravidão e/ou termos sobre a cor/etnia, como: pardo, preto, crioulo, entre outros. Um dos maiores problemas para a localização foi que em muitos registros não era informado o nome dos avós completos, tanto nas certidões de batismo dos funcionários(as) do livro como nas de seus pais. A situação de Manoel dos Santos Magano se enquadra nesse caso. Foram localizados os registro de batismo e de casamento de Manoel e a certidão de batismo de um irmão dele, mas em todos os documentos havia apenas o nome das avós, tanto paterna quanto materna, dos dois. Isso

¹⁴ Para saber mais a respeito da declaração de cor ver: MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

¹⁵ Sobre a metodologia da pesquisa nominal ver: GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-historia e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

impossibilitou a continuação da busca pelos ascendentes do(as) trabalhadores(as), para verificar se alguém trazia a experiência do cativo na linhagem familiar. Além das questões burocráticas envolvidas no preenchimento das documentações no período, acredito que para estudos sobre o pós-emancipação em períodos mais distanciados de 1888, o emprego da metodologia de busca de ascendentes escravizados não seja o melhor caminho para a compreensão da trajetória desses sujeitos. Porém, devido ao limite de tempo disponível para esse estudo, não foi possível a pesquisa de outras documentações para o cruzamento com o livro de registro de funcionários.

Diante da situação explanada, a identidade dos(as) empregados(as) negros(as) foi atribuída pela fotografia, amparando a escolha na justificativa de Antônio Guimarães, que a atribuição se torna válida quando a única possível, para que as questões raciais não sejam negligenciadas. Dessa maneira, as pessoas não estão classificadas por pardo, preto, mulato, moreno, entre outros termos que eram utilizados no período. Utilizo o vocábulo negro(a) com a intenção de marcar uma identidade social, visto que o termo foi adotado pelas pessoas "pretas, pardas, mulatas" a fim de construir identidade através da origem e explicar a diferença pela cultura.¹⁶

Levando em conta essas considerações, esse trabalho possui cunho introdutório sobre essa questão vasta e atual que é o pós-abolição como problema histórico para o mundo do trabalho. Nesse sentido, o trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro traz um breve panorama da "definição" e aplicação dos estudos sobre o pós-emancipação na historiografia brasileira sobre o trabalho. Posteriormente faz uma apresentação social e econômica de Florianópolis desde de o momento de abertura da Fábrica de Pontas, em 1896, e, mais sucintamente, sobre as mudanças na cidade nesse período, assim como situa a Companhia Hoepcke no cenário econômico da cidade.

O segundo capítulo apresenta três divisões internas. A primeira parte explica as especificidades da fonte estudada: o livro de registro de funcionários. Essa questão necessitou de um espaço reservado devido à falta de identificação do documento no acervo do Instituto Carl Hoepcke. O segundo momento do capítulo é referente à própria Fábrica de Pontas, com as informações disponíveis a respeito do seu funcionamento, quantidade de funcionários(as), horas de trabalho, entre outras. A terceira divisão é onde o perfil desses funcionários(as) está exposto, através de faixas salariais, em que foi

¹⁶ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito racial: modos, temas e tempos. *Cortez*, São Paulo, v.6. 2012. p. 42. Para saber mais sobre a identidade social, ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Ásia*, n. 30, 2003.

considerada a hierarquia de serviço, como tempo de trabalho, cargo e idade. Os grupos estão divididos entre homens e mulheres, a distinção se deu por dois motivos: a própria fonte apresenta certa separação entre os grupos e compreendo que existam especificidades entre os dois. Porém, conforme será percebido, mesmo se não houvesse intenção de separá-los a própria diferença salarial acarretaria na divisão, visto que as mulheres tinham remunerações menores que os homens.

É com base nesses perfis salariais que o local dos negros(as) é verificado na hierarquia de serviço, correlacionando tempo de serviço, idade e cargo, para verificar se as oportunidades de ascensão dentro da fábrica eram as mesmas entre todos os(as) trabalhadores(as). Ao atentar para essas questões, o trabalho se preocupa com as possibilidade de ascensão e mobilidade social dos(as) negros(as). Investigar a posição que negros e negras encontravam no espaço de trabalho na década de 1920 é importante para a compreendermos as circunstâncias da ressignificação dos preconceitos raciais após a desestruturação da ordem escravista. Outras questões a respeito do universo do trabalho também são colocadas, como a lei de acidentes de trabalho e férias e a moradia em vilas operárias, visto que a empresa possuía uma vila para os empregados em suas fábricas.

1. AS POSSIBILIDADES NO MERCADO DE TRABALHO E A PERSPECTIVA DO PÓS-ABOLIÇÃO

1.1 Pós-abolição como problema histórico

A historiografia a respeito do mundo do trabalho republicano, principalmente a partir da década de 1990, passou a fazer novos questionamentos a respeito da composição da classe trabalhadora brasileira.¹⁷ O mercado de trabalho livre no Brasil havia sido retratado a partir da imagem do trabalhador assalariado, branco e imigrante e dessa forma os negros foram camuflados. É muito recorrente o silêncio acerca da participação negra no mercado de trabalho livre do final do século XIX e início do XX.¹⁸ São várias as dicotomias que as pesquisas preocupadas com o universo do trabalho, principalmente na Primeira República, vêm ultrapassando. Oposições entre urbano e rural, liberdade e escravidão, industrial e pré-industrial, entre outras, "não só engessam a pesquisa, a análise, e seus resultados, em tradicionais esquemas de pensamento, como também minimizam o segundo pólo diante do primeiro, como inferior ou pior".¹⁹

Nesse sentido, o que se constitui como campo de estudos do pós-abolição? O que mudou em relação à historiografia anterior? O pós-abolição começou a ser entendido como um problema histórico, não apenas como o marco inicial aos anos que se seguem a proclamação da Lei Áurea. É caracterizado como um campo aberto, que passou a incluir variáveis e preocupações múltiplas, como o papel do Estado, dos ex-senhores, as condições em que eram exercidas as atividades que empregavam os escravizados às vésperas do fim da escravidão, entre outras. Abarca também a "recontextualização de conceitos como cidadania e liberdade e seus possíveis

¹⁷ Até esse momento o pós-abolição como questão específica se diluía na discussão sobre o que fazer com o "povo brasileiro" e a famosa "questão social". Sobre os principais clássicos a respeito do problema racial está Florestan Fernandes, que inaugurou uma corrente interpretativa a respeito dos negros e imigrantes no mercado de trabalho. O autor denunciou a noção de democracia racial, vinculada a tese de Gilberto Freyre, mas manteve o entendimento de que as condições sociais atuais dos negros encontravam sua origem nas relações escravistas. Além de generalizar o caso paulista, de expressiva mão de obra imigrante, para o restante do país. In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978, p. 7.

¹⁸LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n.16, fev. 1998, p. 27.

¹⁹GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006. p. 216.

significados para os diversos atores sociais."²⁰

Dessa maneira, esse novo olhar percebe a formulação da identidade e resistência negra para além da evocação da experiência escravista e do preconceito racial. Entende que ela é elaborada cotidianamente na experiência comum, na luta por conquista de direitos e acesso pleno à cidadania. Há desde então, a compreensão de que o caráter histórico das identidades é elemento fundamental para o conhecimento do processo de emancipação dos escravizados, da memória que se construiu acerca da experiência do cativo e das estratégias que foram adotadas visando a inserção social no pós-abolição.

A realidade do momento é mais complexa que essa suposta substituição de um sistema por outro e algumas pesquisas evidenciaram isso. A experiência dos trabalhadores livres e ex-escravizados muitas vezes estavam bastante próximas.²¹ Houve casos de incorporação das lutas e meios de organização dos ex-escravizados pelos trabalhadores livres como um todo²² e do protagonismo negro nas greves de diferentes setores no país.²³ Do mesmo modo, laços de solidariedade e de luta adquiridos no cativo se mantiveram em algumas situações no pós-abolição.²⁴ Para a compreensão da formação da classe operária brasileira na primeira república é necessário considerar a experiência e lutas de classes anteriores. Portanto, o antagonismo entre o trabalho livre e o trabalho escravo precisa ser matizado em para nossas análises.

Apesar dos limites da pesquisa, ela se insere nesse debate de compreensão da classe trabalhadora enfatizando o papel da população negra, percebendo a "formação" da classe operária e o problema racial como questões imbricadas. Entendemos que é preciso historicizar os desdobramentos da desestruturação da ordem escravista para a população liberta, assim como os processos de racialização das novas relações sociais, políticas e econômicas.

²⁰ RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. 2004, v.5, n.8. p. 172.

²¹ Algumas das referências sobre: REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. Afro Ásia, Salvador, v. 24, 2000. e. GOLDMACHER, Goldmacher; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. (Orgs). **Faces do Trabalho: escravizados e livres**. Niterói: EDUFF, 2010.

²² Beatriz Loner possui contribuições importantes sobre o assunto: LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPel, 2001.

²³ SOUZA, Robério S. **Tudo pelo trabalho livre!**. Salvador: EDUFBA/FAPESP, 2011.

²⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

1.2 Contexto econômico e social de Florianópolis

A sociedade brasileira iniciou o século XX com projetos de futuro bastante diferentes de três décadas antes. No novo ideário, o Brasil de então era um país republicano e sua mão de obra assalariada e assim, o "atraso da escravidão" não cabia mais em uma sociedade moderna na qual o país pretendia se encaixar. A industrialização, os projetos de reestruturação da paisagem urbana, as políticas higienistas, a implementação técnica-científica no aparato estatal e a necessidade de mudança dos costumes da população face ao ideal civilizatório são partes do que se compreende como "fenômenos de modernização" em jogo nesse período. Esses projetos e suas tentativas de implementações atingiram também a "pacata" Florianópolis, mesmo que em menores proporções.

A capital catarinense era uma cidade pequena e se a compararmos com outras capitais brasileiras, sem considerarmos a realidade e as especificidades locais, é possível cairmos no erro de que pouco, ou nada, mudava na cidade nesse período. O crescimento populacional das cidades fez parte do contexto do início do século XX, principalmente nas capitais, e contribuiu para o cenário de mudanças. Esse fenômeno foi ocasionado principalmente pela migração rural para os centros "urbanos" e com Florianópolis não foi muito diferente.²⁵

Comparando os recenseamentos populacionais de 1890 e 1920 é possível perceber um crescimento populacional significativo. Em 1890, censo em que ainda aparecia o critério da cor, o número total de habitantes do município era de 30.687, pretos e pardos sendo 19%. Em 1920 a população de Florianópolis cresceu para 41.338 habitantes. No distrito central da cidade em 1890 sua população era de 11.400, pretos e pardos de 28%, enquanto em 1920 o território central abrigava 20.000 pessoas.²⁶

De fato, se a análise desses dados estiverem associadas apenas às realidades

²⁵É importante salientar que a noção de campo e cidade é uma construção e são realidades históricas em transformação, "tanto em si próprias quanto em suas inter-relações". Em Florianópolis, principalmente pelas dimensões do município, a "linha de separação" entre urbano e rural confundiam-se. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na História e na Literatura**. apud. SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. **Trabalhando em Florianópolis: as práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras 1900-1920**. 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2001. p. 20.

²⁶ Dados obtidos através dos recenseamentos de 1890 e 1920, In: BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Diretoria Geral de Estatística**. Brasil. 1891. e BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Diretoria Geral de Estatística**. Brasil. 1921. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso: 25/05/2016.

externas, em comparação com outras capitais brasileiras, principalmente o Distrito Federal e São Paulo, esse crescimento parecerá ínfimo. Os números referentes ao distrito central compreendem uma região relativamente pequena, de urbanização concentrada e caracterizada pela densidade de habitações.²⁷ Eliane Veiga identificou as distinções entre a concentração de ocupações nos bairros do município. Em locais de moradias mais abastadas, como o bairro da Praia de Fora, Mato Grosso e São Luiz, as propriedades eram extensas, compostas por elegantes chácaras e chalés. Outro padrão de habitação corresponde aos bairros Figueira, Pedreira, Tronqueira, caracterizados por um núcleo mais denso de ocupação.²⁸ Nesse sentido, se o espaço geográfico e as dimensões da cidade no século XIX forem considerados, uma parcela importante da população estava aglutinada em uma pequena região da cidade.

Em relação ao contexto nacional, a república alardeava promessas de igualdade e de cidadania. Já que a escravidão não estava mais presente no cenário do país, imaginou-se um novo mundo não mais cerceado por modelos de hierarquia vinculados a critérios de origem ou nascimento. Porém, essa perspectiva seria ofuscada pelo reforço do racismo e das teorias raciais justificadas pelo argumento da ciência. Seria justamente nesse quadro, em que a percepção hierárquica das classes cedia lugar a um ideário igualitário, que o racismo emergiu, segundo Louis Dumont.²⁹ Um racismo científico, que acionava uma miríade de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização, fenótipos que valeriam como "estigmas" definidores da criminalidade e miséria.³⁰

Essas questões refletiram no universo do trabalho, que nesse momento passava por uma resignificação radical. Era necessário que a noção de trabalho fosse tomada por uma valoração positiva, atrelada aos conceitos de civilização e progresso, articulando-se assim, com o contexto político e social em que o país se encontrava. Nesse sentido, o significado do trabalho vai aos poucos se revestindo de "uma roupagem dignificadora", onde todo "homem de bem", inserido numa sociedade em busca de "modernização", sentisse prazer em mercantilizar sua força de trabalho, o bem que possuía, ou, no caso dos libertos, que lhes fora "concedido" com a abolição da

²⁷ ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit. p. 25

²⁸ VEIGA, Eliane Veras. **Florianópolis: memória urbana**. 3ª Edição. Florianópolis: Edufsc; Fundação Franklin Cascaes, 2010.

²⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, Madrid: Fundacion Mapfre, 2011. v. III A abertura para o mundo (1889-1930). p. 21.

³⁰ Ibidem.

escravatura.³¹ Florianópolis, dentro de sua realidade, estava inserida no cenário de transformações e debates que ocorriam em nível nacional na sequência de outros países que aboliram a escravidão ao longo do século XIX.

Os preceitos do *ethos* do trabalho eram difundidos na esfera pública, por meio da imprensa e por medidas coercitivas e de repressão à população. Em jornais destinados à classe operária também eram vinculados esses ideais, como demonstra o fragmento abaixo, retirado do jornal "Operário" de Florianópolis, em 1900.

O trabalho é uma condição de moralidade para o homem. Sem esse exercício salutar entibia-se o entendimento, enervão-se (sic) os órgãos, enfraquece-se o organismo, como uma consequência necessária da perturbação, das diversas funções sobre que se baseia a existência do homem. As alegrias do ocioso são sempre mescladas de mal estar [...] Desse indefinível sofrimento nasce comumente o ódio à sociedade que se vive e diante disso procede a falta de tolerância para estranhos erros e a disposição em que se fica permanentemente para curvar-se aos vícios [...] O homem trabalhador ao contrário, encontra grandes contentamentos nas poucas horas de descanso que tem, e a contemplação dos objetos a que dedicou a maior parte de suas horas é um incentivo nobre para continuar nessa vida afanosa, em que o descanso é como um oásis em meio de grandes desertos.³²

Percebe-se que a ideologia de trabalho, baseada nos preceitos da moralização, extrapolava o âmbito do espaço de dedicação ao serviço, esses preceitos contornavam diferentes esferas da vida social dos sujeitos, "desejava-se, na verdade, que os homens livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social".³³ Nessa cena, o aparato policial ganha destaque como assegurador da ordem. Em Florianópolis cabe à polícia o controle de algumas profissões informais. O monitoramento da ocupação dos populares era necessário para o controle da ociosidade e "vadiagem".³⁴

Em relação aos conflitos internos das classes populares, Vinícius Anaissi estudou processos-crime da capital catarinense entre os anos de 1900 a 1920 e verificou a atuação do aparato jurídico-policial como mediador nesses conflitos. Nos casos de agressão física ele identifica uma noção própria de justiça dos populares em torno da

³¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005. p. 50.

³² **Operário**. Florianópolis, 30/09/1900, p. 2. (grifo meu). Transcrição de todos os documentos tiveram sua ortografia atualizada para as normas atuais.

³³ CHALHOUB, Sidney. op. cit, p. 50.

³⁴ SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. op. cit. p. 85.

ação violenta, que "adquiriu um caráter cotidiano, podendo, por vezes, revestir-se de conotações positivas, seja enquanto um mecanismo regulador de conflitos seja quanto instrumento de afirmação de valores próprios". Essa racionalidade coexistiu de forma dinâmica com a repressão jurídico-policial.³⁵ A pesquisa de Anaissi demonstra o protagonismo da classe popular de Florianópolis mesmo com a repressão estatal.

No contexto de concretização do advento da República, que projetava uma sociedade "igualitária" e "civilizada", mas que na prática, através de experiências concretas, excluía mais do que incluía, é importante analisarmos as possibilidades no mercado de trabalho que as pessoas da cidade encontravam. Conforme explanado, o *ethos* do trabalho ganhava corpo e os direitos de cidadania estavam atrelados a ocupação do indivíduo.³⁶

Florianópolis, no início do século XX ainda apresentava feições de urbe tradicional que contrariava os novos tempos anunciados no discurso republicano. Sua economia era de pequenas iniciativas, sem grande expressão no território nacional, e a industrialização não se fazia fértil como em grandes capitais brasileiras.

Como parte do projeto "modernizador" a sociedade florianopolitana, assim como no contexto nacional, assistiu a intensas transformações na sua paisagem. As intervenções urbanísticas foram variadas e estavam respaldadas pelo cientificismo do momento, através dos médicos e higienistas, que modificavam a cidade em nome da saúde pública. Entre essas medidas estavam o alargamento de ruas, a canalização de córregos utilizados pela população para a lavagem de roupa e a transferência do cemitério e forno incinerador de lixo da porta de entrada da cidade para o Itacorubi, bairro mais distante do centro do município, e entre outras mudanças.³⁷ As intervenções ocorriam em locais populares, tomados como focos irradiadores das patologias e epidemias do período.

O ritmo da construção civil se acelerou e aos poucos o cenário urbano foi se modificando. O período em que mais se empreendeu esforços para a modificação urbana do município foi entre 1910 e 1930, principalmente no segundo governo de

³⁵ ANAISSI, Vinicius Possebon. op. cit, p. 72.

³⁶ Noção de cidadania atrelada a ocupação, foi proposta por Wanderley Santos, como cidadania regulada: "A cidadania está embutida na profissão e os direitos de cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa o processo produtivo, tal como reconhecidos por lei." Para saber mais, ver: SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campos, 1979.

³⁷ A modificação do forno incinerador de lixo e do cemitério ocorreu em 1924, início das obras para a construção da ponte Hercílio Luz. In: ARAÚJO, Hermes Reis. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989. p. 134.

Hercílio Luz (1914-1918).³⁸ Em 1900 as edificações da cidade eram de 36.630,17 m², já em 1930 a área construída equivalia a 126.339,18 m², quase o triplo do momento anterior.³⁹ Com essa realidade o ramo da construção civil se expande e passa a ser uma possibilidade de emprego para a população do município. Entre as principais obras efetuadas na cidade na primeira metade do século XX, a construção da ponte Hercílio Luz se destaca. As obras para a construção da ponte iniciaram em 1924 e a inauguração ocorreu em maio de 1926. Esse empreendimento movimentou grande quantidade de mão de obra, cerca de mil operários foram contratados para o trabalho de construção da ponte, a maioria eram de trabalhadores locais, mas houve casos de pessoas vindo do interior e de países vizinhos.⁴⁰

O porto também se apresenta como uma alternativa de emprego, pois, apesar de seu pequeno porte e diversos problemas técnicos que dificultavam a chegada de grandes embarcações, atuava como intermediário de um comércio exportador/importador que ligava a cidade a outras partes da região e do país. O sistema de contratação ocasional e temporário atraía muitos trabalhadores. Os critérios para a escolha, baseados na força e resistência, sem a necessidade de experiência para o serviço, permitia a entrada de pessoas de diferentes áreas que muitas vezes realizavam o trabalho a fim de complementar a renda. Além disso, o porto era de demasiada importância para a economia da cidade. Devido à circulação de passageiros, o porto criava espaço para o surgimento de diversos tipos de serviços, como hotéis, pensões, hospedarias, bares e restaurantes, assim como um comércio ambulante de comida e artigos variados, impulsionando também a formação de diversas casas comerciais.⁴¹

A construção do novo Mercado Público⁴² inaugurado em 1899, movimentou

³⁸ Hercílio Luz foi um político catarinense (1860-1924), inicialmente ligado ao Partido Republicano Federal (PRF), governou Santa Catarina por três vezes (1894-1898, 1918-1922, 1922-1924), faleceu antes de completar o seu último mandato. Além das obras citadas, nesse período também foram construídas: a primeira rede de água encanada, em 1909; a instalação do sistema de esgoto entre 1913 e 1917 e a instauração do serviço de luz elétrica, iniciada em 1910. Uma das principais referências sobre as transformações na cidade nessa época é: ARAÚJO, Hermetes Reis. op. cit.

³⁹ NEUMANN, Clóvis. O processo de intensificação urbana do Centro de Florianópolis. apud. LEUCHTENBERGER, Rafaela. “O Lábaro protetor da classe operária”: As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). 2009. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009. p. 22.

⁴⁰ ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz**: uma ponte integrando Santa Catarina. apud LEUCHTENBERGER, Rafaela. Ibidem. p. 20.

⁴¹ COELHO, Mário César. Moderna Ponte Velha: Memória da Ponte Hercílio Luz. apud LEUCHTENBERGER, Rafaela. Ibidem. p. 21.

⁴² O primeiro Mercado Público de Desterro, foi inaugurado em janeiro de 1851, localizava-se alinhado a rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), na parte de baixo do Largo da Matriz, junto ao mar. Foi demolido em março de 1899.

mão de obra na sua construção e principalmente no seu interior, com o aluguel de suas casinhas e no espaço externo, com o trabalho de vendedores ambulantes. O local possuía um regulamento interno que definia quem poderia alugar as casinhas do estabelecimento. Esse regulamento definia como a locação aconteceria: só pessoas "morigeradas e de bons costumes" poderiam alugar as casinhas. O documento também controlava o tempo de compra de seus frequentadores, as pessoas não poderiam permanecer no Mercado mais que o necessário para suas compras. Essa era uma medida de monitoramento da "ociosidade" da população.⁴³

É interessante contrastar o regulamento do novo Mercado, inaugurado na República e pós abolição, com o regulamento que regia o antigo Mercado, anteriormente aos eventos mencionados. Esse regulamento também definia quem poderia alugar suas casinhas, destinadas somente a pessoas livres. O comércio pela população escravizada era permitido apenas nos vãos entre as colunas, desde que autorizados pelos seus senhores. Nesse espaço, escravizados e livres atuavam como quitandeiros e quitandeiras vendendo seus quitutes. Outra condição colocada pelo regulamento era sobre o tempo de permanência dos escravizados para realização das compras para seus senhores: eles não poderiam demorar mais do que o tempo necessário das compras.⁴⁴

Nesse sentido, é possível perceber as semelhanças do tratamento estatal para a população negra, e pobre em geral, nessa República "moderna". O Mercado Público, assim como outros espaços da cidade, era um local de circulação constante de negros e negras desde o período anterior à abolição. A participação da população negra nesses espaços certamente era vigiada pelos poderes públicos, mas isso não impediu de se manifestarem e contribuírem para a construção econômica e social do município.

O mercado de trabalho informal era o principal meio de sobrevivência da população pobre, era marginalizado e constantemente cerceado pelo estado. Jaqueline Schmitt, através da análise de jornais de Florianópolis de 1900 a 1920, identificou as segregações e intervenções dos poderes públicos aos trabalhadores(as) que viviam desses expedientes esporádicos. As quitandeiras eram alvos do monitoramento dos médicos, higienistas e dos governantes. A regulamentação e cobrança de impostos eram mecanismos para estabelecer quais produtos e em que condições eles seriam vendidos,

⁴³ MELLO, Cássila Cavaler Pessoa de. **A busca de espaços para o comércio de gêneros alimentícios em Desterro: Galpões, quiosques e o novo Mercado Público Municipal.** 2014. (Monografia). UFSC, Departamento de História, Florianópolis, 2014.

⁴⁴ Idem.

do modo que em nome da saúde da população, o trabalho informal e a própria circulação no espaço público eram controlados.⁴⁵ Apesar do controle, as classes populares atuavam no setor informal e faziam coexistir os dois ramos, formal e informal, no seu cotidiano, como é o caso do Seu Nicolau, trabalhador em fábrica de cal, operário da ponte Hercílio Luz e pescador.⁴⁶

Além das iniciativas informais, o mercado de trabalho ilhéu era composto também pelo setor formal, de contratação "estável". Dentro desse segmento, o funcionalismo público e contingente militar eram bastante expressivos. No censo de 1920, foram contabilizados 1.291 funcionários da administração e força pública (exército, armada e polícia), representando aproximadamente 3% da população da cidade. Como Florianópolis era sede das principais organizações administrativas federais, estaduais e municipais, acredita-se que o número de funcionários envolvidos nas três instâncias fosse superior ao apresentado no censo, pois segundo o Almanak Laemmert havia na capital catarinense 16 repartições relacionadas ao serviço federal, 21 ao estadual e 8 ao municipal, fora os gabinetes de pessoas diretamente eleitas e seus assessores.⁴⁷ O censo de 1920 apresenta 277 trabalhadores atuando em órgãos federais, 304 na esfera estadual, e apenas 91 na municipal.

Outros meios de trabalho formal eram difundidos na cidade. Nesse sentido, para ter um alcance de quais iniciativas formais despontavam no mercado de trabalho ilhéu no período, foi realizado um levantamento na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sobre estabelecimentos que foram inscritos na instituição entre os anos de 1920 a 1930 em todo o município de Florianópolis. Ao todo foram abertos 204 estabelecimentos no local nesses dez anos. A JUCESC foi criada em 1893 e a partir dessa data atuou como órgão responsável para o recebimento de inscrições de setores comerciais e industriários do estado, antes de sua criação essa questão estava sob responsabilidade dos cartórios. A tabela abaixo relaciona a quantidade de estabelecimentos de cada atividade e o período que esses estabelecimentos permaneceram em atividade na cidade, entre as datas de 1920 a 1930.

⁴⁵SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. op. cit, p. 94.

⁴⁶MARTINS, Nicolau Tolentino. apud SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. p. 117

⁴⁷ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - Almanak Laemmert, Rio de Janeiro: Laemmert. 1915. (Arquivo Edgar Leuenroth, doravante AEL) apud LEUCHTENBERGER, Rafaela.p. 23.

Tabela 01: Levantamento de empresas inscritas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC) entre os anos de 1920 e 1930

Un	Atividade	1920	1922	1924	1926	1928	1930
16	Cafés e Restaurantes	4	5	4	8	5	6
25	Comércio de Secos e Molhados (Armazém)	5	9	10	13	14	16
10	Comércio de gêneros alimentícios	4	3	4	4	4	8
2	Exportação e engarrafamento de água Mineral					1	1
40	Comércio de Fazenda e Armarinho	7	11	14	20	25	20
14	Comércio e fabricação de calçados, artigos de couro e/ou tecidos	8	9	8	9	11	9
8	Comércio de "materiais de construção"/Oficinas	1	1	1	2	3	6
17	Comércios Diversos	4	4	5	10	8	9
12	Comércio de representações, consignados, despachos	1	3	7	7	8	8
3	Relojoaria, Joalheria e ourivesaria	3	3	3	3	3	3
15	Farmácia, drogaria e manipulação de perfumes		4	5	8	8	8
2	Fábrica Têxtil	2	2	2	2	2	1
9	Fábricas Diversas (sem distinção de atividades)	7	6	6	6	6	5
2	Alfaiataria		1	1	2	2	2
3	Agências de seguro e automóvel	1	1	1	2	1	2
8	Entretenimento (clube de sorteios, cinema/teatro, bilhar, loteria)	2	1	3	5	4	4
3	Hotel		1	2	1	1	2
1	Cooperativa de Crédito				1	1	1
2	Transporte viário municipal e aluguel de automóveis				1	1	2
1	Telefones		1	1	1	1	

Fonte: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Lista de estabelecimentos abertos na JUDESC entre 1920 a 1930.

Conforme os dados da tabela demonstram, havia uma certa rotatividade dos estabelecimentos da cidade. Como no caso dos armazéns de secos e molhados, foram ao todo 25 casas abertas na cidade na década de 1920, mas em nenhum momento esses 25 armazéns coexistiram, enquanto uns abriam, outros fechavam suas portas.

Os setores com maior representatividade foram os comércios, em geral, e prestação de serviço. Existia uma concentração dessas atividades econômicas em alguns pólos da cidade, o principal agrupamento localizava-se na rua Conselheiro Mafra, seguido pela rua João Pinto e Praça XV, esses eram locais de bastante movimentação comercial na cidade, principalmente a rua Conselheiro Mafra.⁴⁸

⁴⁸ VEIGA, Eliane Veras. op. cit. p. 289.

É importante ressaltar que essa amostra são de empresas inscritas na JUCESC entre os anos de 1920 a 1930 e não caracteriza a totalidade de estabelecimentos da cidade no período, pois existiam outras iniciativas das mesmas atividades anteriormente ao recorte do levantamento e possivelmente haviam estabelecimentos que iniciaram suas atividades entre 1920 e 1930 no município, mas não regulamentaram sua situação na instituição.

O setor fabril é pouco expressivo nesse levantamento. Florianópolis, de fato, não se configurava como um expoente industrial no estado. Na imprensa da cidade era divulgado o surgimento de iniciativas desse setor. Essa divulgação era de alguma maneira "acalorada", com certo exagero para valorização do município, como no caso da nota do jornal "A Época": "acaba de fundar a rua General Bittencourt, nº 29, uma fábrica de perfumarias, que vem demonstrar que o desenvolvimento da indústria nesta capital é uma realidade."⁴⁹ A referida fábrica, que "comprova" a industrialização da cidade, provavelmente tratava-se de uma iniciativa de pequeno porte, assim como a maioria das indústrias na cidade. Apesar da pequena proporção, esse é um ramo que também se configura como uma possibilidade de emprego para os habitantes da cidade.

A tabela abaixo demonstra a composição industrial entre as principais cidades do estado:

Tabela 02: Distribuição dos estabelecimentos industriais por município - 1907

Município	Estabelecimentos	Operários(as)
Joinville	43	479
Blumenau	38	642
Florianópolis	19	211
Brusque	11	177

Fonte: BOSSLE, Ondina. História da Industrialização Catarinense. FIESC: 1988. p. 47. Tabela adaptada.

Segundo Ondina Bossle, o fato de Florianópolis superar Brusque no ranque de indústrias do estado deve-se a diversidade de atuação da Companhia Hoepcke no setor econômico da capital.⁵⁰ Do contingente relacionado como trabalhadores(as) de Florianópolis, ao menos metade pertenciam as empresas Hoepcke,⁵¹ portanto a Companhia possuía estrutura e influência importante no cenário econômico do estado e

⁴⁹ **A Época**, Florianópolis. 21/10/1916. apud SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. p. 77.

⁵⁰ BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense:** das origens a integração no desenvolvimento brasileiro. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988. p. 47.

⁵¹ REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e KLUG, João. **Carl Hoepcke:** a marca de um pioneiro. Florianópolis: Insular, 1999.

movimentou uma quantidade expressiva de mão de obra na cidade. Mais informações sobre a empresa serão explanadas a seguir.

As transformações na economia da cidade imprimiram novas dinâmicas de trabalho; enquanto algumas profissões ficavam obsoletas, novas alternativas empregatícias emergiam. Por exemplo o do transporte de lanchas, que já enfrentava diversas dificuldades com os altos custos das passagens, e após a inauguração da ponte Hercílio Luz, em 1926, vai perdendo força e seu espaço no setor econômico local. Mais do que mudanças nas possibilidades de emprego, esse novo contexto modificou costumes e a compreensão de tempo de trabalho entre os(as) trabalhadores(as). Seu Nicolau relatou como era o dia-a-dia de trabalho na construção da ponte Hercílio Luz:

O trabalho na ponte era diferente, tinha quem controlava, os apontadores, estavam tudo ali. Marcavam, anotavam e se passasse cinco minutos da hora de entrar, não entrava mais. Tinha um caderninho, se entrava de manhã fazia um risquinho. Quando chegava 9 horas, ele fazia outro, aí ganhava 2/4 já. Quando era 11 horas da manhã, era hora do almoço, ele fazia mais um risco. Quando arriava (o caderno) ele fechava o quadro, quatro riscos em um dia.⁵²

A rotina de produção vigiada, nas fábricas e nas construções, foi sentida entre a classe trabalhadora. A perda de autonomia com o novo ritmo de trabalho é um fator importante nessa experiência, mais uma vez o relato de Seu Nicolau evidencia essa questão.

Depois fui trabalhar de pescador, porque pescador era dono do horário. [...] Eu estimo o mar, o mar é meu berço, ele sempre me embalava, "és forte, lute e vence". Eu estava acostumado, nasci naquela profissão. Eu me sentia bem no mar, por mim trabalhava só no mar. Mas é o capital que manda no país, às vezes eu canto uma música: "tira, tira, tirana. Tirana que dê o meu bem, lá no céu entra quem pode, na terra vale quem tem".⁵³

Em outros momentos do relato, seu Nicolau descreve o cotidiano das duas profissões e por vezes a quantidade de horas trabalhadas como pescador era superior a de operário na construção da ponte.⁵⁴ Nesse sentido, fica a indagação, se Seu Nicolau

⁵²MARTINS, Nicolau Tolentino. apud SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. p. 118.

⁵³ SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. p. 118.

⁵⁴Ibidem, p. 119

trabalhava mais como pescador, por que preferia essa profissão à de operário? Não seria uma idealização do passado, da atividade que exercia desde a infância? Se de alguma maneira há uma idealização do passado, nos importa saber quais as perdas e distâncias entre as duas ocupações para que Seu Nicolau sinta as duas experiências tão distintamente. Thompson chamou atenção a esse respeito no estudo dos tecelões ingleses do século XIX, cujas histórias estão permeadas pela "lenda" de um passado melhor. Para o autor não serve apenas desmistificar o passado, mas sim verificar quais as transformações que o fazem enxergar o passado dessa maneira.⁵⁵ Nesse caso, Seu Nicolau já nos dá a resposta: o "pescador era dono do horário". A perda de autonomia na administração do seu tempo e a mudança no estilo de vida parecem ser as principais questões que o incomodam e o fazem perceber o capital como o mandante do país.

1.2.1 A Companhia Hoepcke e sua influência no cenário econômico de Santa Catarina

A Companhia Hoepcke foi um conjunto de empresas com importância econômica significativa em Santa Catarina na primeira metade do século XX. Carl Hoepcke,⁵⁶ o responsável pela criação e expansão da empresa, chegou em Blumenau em 1863. Hoepcke fez parte dos 4.5 milhões de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil entre os anos de 1824 e 1937, auge do período de imigração européia. Santa Catarina, nesse período, recebeu cerca de 28% dos alemães, 18% dos italianos e 11,4% dos eslavos dessa imigração. Considerando a dimensão do estado, a imigração teve proporções decisiva para a configuração nas relações econômicas, tanto em termos agrícolas quanto industriais e comerciais. Além disso, esse novo contingente teve significativa influência política, social e cultural no território estadual.⁵⁷

Após três anos vivendo em Blumenau, Carl Hoepcke desloca-se para Desterro

⁵⁵ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vol II: A Maldição de Adão. p. 117.

⁵⁶ Carl Hoepcke substituiu seu tio Fernando Hackradt em 1870 como cônsul da Prússia em Desterro e em 1885 assume o cargo definitivamente. Em 1904 torna-se cônsul-honorário da Alemanha. Carl Hoepcke faleceu em 1924, com 79 anos, em Florianópolis.

⁵⁷ GROSSELLI, R. M. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos nas florestas brasileiras**. Santa Catarina. 1875-1900. Florianópolis: EDUFSC, 1987, p. 238

para trabalhar com seu tio, Fernando Hackradt,⁵⁸ também imigrante, com renome político e econômico no estado. Os negócios de Hackradt concentravam-se no ramo do mercado varejista. Em 1883 Hoepcke assume a direção do empreendimento de seu tio e é nesse momento que a Carl Hoepcke & Cia é fundada, não há informações precisas de como ocorreu a mudança de uma empresa para a outra.⁵⁹

A partir do comércio de abastecimento, a empresa ampliou os setores econômicos dos quais atuava. Em 1895 a Companhia fundou a Empresa Nacional de Navegação, que exercia atividades de exportação e importação, num comércio de cabotagem e transporte de passageiros. Em 1896 a Fábrica de Pontas Rita Maria foi inaugurada e logo em seqüência, não se sabe se em 1897, 1903 ou 1904, a Fábrica de Gelo, no mesmo complexo industrial.⁶⁰ A imprensa de Florianópolis⁶¹ noticiou com entusiasmo a inauguração da Fábrica de Pontas, destinada à fabricação de pregos:

O Sr. Carlos Hoepcke teve o mais solenemente testemunho da animação, que todas as classes da sociedade catarinense, procuram dar aos seus empreendimentos que sempre redundam em progresso deste Estado.

Em visita a sua fábrica de pontas, há dias inaugurada, ontem vimos reunido todo o comércio, desta capital, representante de todas as classes. Durante a visita funcionaram todos os maquinismos, parciais a importantes, da fábrica. Em um grande salão estão assentados dez mesas diferentes de pregos, que variam não só de tamanho como também no diâmetro. Em uma outra sala se acaba a preparação do prego pela burnição e pelo corte de algumas farpas que não desprendem-se de todo nas primeiras máquinas. Há ainda outras duas salas, onde se preparam os cartuchos de papel, caixas de madeira para os pregos. [...] Oxalá que a passo do importante comerciante e industrial encontre imitadores.⁶²

O empreendimento realmente era uma grande iniciativa para a cidade. A realidade industrial de Florianópolis era de pequenas iniciativas com estrutura basicamente artesanal. Porém, é possível perceber certo enaltecimento à figura do

⁵⁸ Fernando Hackradt era imigrante alemão e chegou em Santa Catarina em 1847. Inicialmente atracou em Itajahy, para posteriormente ir a Desterro, onde estabeleceu importantes sociedades econômicas com comerciantes locais e exerceu influência significativa nesse setor econômico do município.

⁵⁹ MÜLLER, Max José. **Carl Hoepcke**: estruturador do desenvolvimento catarinense. Florianópolis: Insular, 2007. p. 33,34 e 36.

⁶⁰ REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e KLUG, João. op. cit.

⁶¹ Em 1894 o nome da cidade havia sido alterado de Desterro, em homenagem ao presidente Floriano Peixoto, numa maneira de selar a paz com o governo, após a Revolução Federalista.

⁶² **O Estado**. Florianópolis, 19/05/1896. apud BARRETO, Maria Teresinha Sobierajski. PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. SOUZA, Sara Regina Silveira. **A Fábrica de Pontas Rita Maria**: um estudo de arqueologia industrial. Florianópolis: EDEME, 1983. p. 30.

imigrante Carl Hoepcke, postura comum na imprensa do município e no discurso do empreendedorismo alemão no estado. O surgimento da fábrica está atrelado a um momento em que a demanda do prego e arame eram altas, devido ao uso para as construções em madeira, e ao alto custo de importação desses materiais.⁶³

Em 1907 é fundado o estaleiro Arataca, nas proximidades das fábricas de pontas e gelo. Esse estaleiro atuou na reforma e modificação de estrutura dos navios. Inicialmente surgiu para servir aos navios Hoepcke, mas posteriormente também atendeu outras empresas. Nos primeiros anos da década de 1920, trabalhavam 80 funcionários efetivos no estaleiro, sendo que sempre que necessário este corpo era aumentado com trabalhadores contratados provisoriamente.⁶⁴ Na mesma região, a Hoepcke possuía dois trapiches e um grande depósito de mercadorias, que ocupavam 12 empregados fixos.

Em 1913, em sociedade com Ricardo Ebel, Carl Hoepcke fundou a Fábrica de Rendas e Bordados. Essa foi uma iniciativa de produção têxtil fora do pólo que existia no vale do Itajaí. Após 1917, o grupo Hoepcke adquire a parte de Ebel e passa a ser o único responsável pelo empreendimento. A Companhia Hoepcke possuía ainda a representação de diversas agências estrangeiras, tanto comerciais quanto bancárias, como grande rede de filiais por todo o estado e fora dele. O complexo industrial ficava localizado no bairro Rita Maria. O mapa abaixo demonstra o local estratégico em que os estabelecimentos da empresa estavam instalados, próximo ao porto da cidade, além da facilidade de importação e exportação, a própria movimentação do local auxiliava nos negócios.

⁶³MÜLLER, Max José.op, cit. p. 45.Todas as fábricas de pregos criadas no Brasil surgiram na década de 1890, isso leva-se a crer um motivo comum que pode ter proporcionado o aparecimento dessas indústrias, como o auto custo de importação desses objetos. Nesse período, já haviam fábrica de pregos em Joinville/SC, e nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco. In: REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e (Sandra Regina Ramalho e); KLUG, João. op. cit. p. 112.

⁶⁴ SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. op. cit, p. 125, 126.

Mapa 01: Área central de Florianópolis em 1921



Fonte: VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. 3ª Edição. Florianópolis: Edufsc; Fundação Franklin Cascaes, 2010.

No mapa também está identificada, com a letra C, a rua Hoepcke, vila operária das fábricas da empresa. Não se sabe ao certo a data em que a rua tem seu nome alterado de "Travessa Victorino de Menezes" para "Hoepcke", mas na primeira década do século XX ela já possuía essa nova nomenclatura.⁶⁵ O local era composto por casas geminadas, originalmente idênticas em lotes estreitos, que eram habitadas pelos(as) trabalhadores(as), principalmente da fábrica de Pontas e de Gelo.⁶⁶ A rua ficava localizada entre os bairros Rita Maria e Estreito,⁶⁷ esse último era caracterizado por ocupações esparsas e pouco vinculada aos aspectos habitacionais, o solo rochoso era uma das dificuldades para implementação e conclusões de ruas, sendo um dos motivos

⁶⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (Município). **Coleções de Leis e Resoluções: 1900 a 1915**.

⁶⁶ VEIGA, Eliane Veras. op. cit. p. 282.

⁶⁷ É importante frisar que o bairro Estreito aqui referido se localizava na ponta meridional da Ilha de Santa Catarina, o Distrito do Estreito, na parte continental é anexado, á Florianópolis apenas na década de 1940.

pela pouca densidade de moradia no ambiente. Devido a proximidade do mar, naquela extremidade foram desenvolvidas atividades de cunho comercial.⁶⁸

A empresa Hoepcke exerceu importante influência econômica e social em Florianópolis na primeira metade do século XX. A proporção de mão de obra movimentada na cidade pela Companhia foi bastante significativa, principalmente se considerarmos a dimensão do local nesse período. Porém, não há pesquisas na historiografia catarinense a respeito dos(as) trabalhadores(as) desse complexo industriário. Florianópolis não foi um local de grande movimentação econômica, mas possuía um mercado de trabalho de certa maneira dinâmico que suscitou diferentes questões a respeito do mundo do trabalho.

⁶⁸VEIGA, Eliane Veras. op. cit. p. 280.

Uma das dificuldades para a pesquisa dessa fonte foi sua falta de identificação. Não há menção no livro sobre a data de constituição e/ou sobre o momento de preenchimento dos cadastros dos(as) funcionários(as). Também não é declarado especificamente o estabelecimento da Companhia Hoepcke para qual a pessoa trabalha. Para a compreensão do contexto de produção dessa fonte foi necessário atentar para vários detalhes contidos no documento.

O livro apresenta datas de admissão desde 1896, ano de inauguração da Fábrica de Pontas Rita Maria, mas ele não foi constituído na inauguração da fábrica. Minha hipótese é que esse livro foi criado em 1928 e os cadastros dos(as) trabalhadores(as) contratados anteriormente e que ainda estavam empregados foram preenchidos de maneira retroativa. A fundamentação de minha hipótese está em dois principais fatores: a própria organização do livro e a informação sobre a retirada de férias inclusa nas fichas. O livro adquire certa cronologia de admissão em meados de 1928. Antes desse momento o preenchimento das fichas foi feito com a mesma caligrafia e material de escrita, e com outro critério - não cronológico - de ordenação. As observações realizadas nos cadastros após 1929 são visivelmente preenchidas com outra caligrafia.

Já sabemos que o livro foi adquirido em uma livraria e suas informações já estavam impressas, não foi algo confeccionado pela empresa. Uma das explicações para a abertura do livro é que a legislação sobre as férias foi aprovada no Congresso apenas em 1925, e sua regulamentação pelo Conselho Nacional do trabalho em 1926. A lei previa a concessão de férias anuais de quinze dias para trabalhadores(as) do comércio, indústria, bancos e empresas jornalísticas. O prazo para o cumprimento da lei foi no início de 1928, portanto, considerando que os dados sobre as férias estavam impressos no livro, ele provavelmente não foi constituído antes da data de aplicação da lei.⁶⁹

Essas questões indicam que num determinado momento, provavelmente 1928, esse livro compilou o cadastro de funcionários(as) já contratados pela empresa e após essa data ele foi atualizado com novos(as) empregados(as). A última atualização do livro é do início de 1932, com a informação da retirada de férias de um funcionário. Provavelmente, após essa data, esse livro foi substituído por outro meio de cadastramento de empregados(as), mas a pesquisa em outros documentos do acervo da

⁶⁹ BRASIL. Decreto nº 4982, de 24 de dezembro de 1925. **Férias**. Brasil. Informações sobre os trâmites da lei de férias em: MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 39, 40.

empresa não foi possível.⁷⁰

Quanto a qual setor dos empreendimentos da Companhia Hoepcke os(as) trabalhadores do livro pertenciam, seguimos as próprias informações do volume e o auxílio de outros documentos para estabelecer uma conjectura. Das 108 fichas de empregados(as), 63 correspondem a homens e 45 a mulheres. Há uma certa divisão por sexo na disposição dos cadastros. Acredito que os dois grupos, tanto feminino quanto masculino, tratavam-se de trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria com exceção de um trabalhador da Fábrica de Gelos.

Entre os homens, a data de admissão mais antiga é de 1896, exatamente o ano de inauguração da Fábrica de Pontas, além desse indício, no campo sobre o cargo de alguns trabalhadores está especificado a função correspondente à fabricação de pregos, como nos casos dos serventes de máquinas de pregos. É também nesse item que está descrito o caso do único trabalhador da Fábrica de Gelos. No momento da escrita desse trabalho foi possível o acesso a uma documentação sobre a empresa, que está em processo de transição para o acervo do Instituto Carl Hoepcke. Nesses documentos haviam livros de registros de funcionários a partir de 1940 especificados como da Fábrica de Pontas, e ali foram encontrados trabalhadores relacionados no livro aberto em 1928. Portanto, mais um indicativo que os homens desse exemplar eram trabalhadores da Fábrica de Pontas.

Sobre o grupo feminino a questão é mais complexa, pois é preciso considerar o papel ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho formal nesse período. Os dados do recenseamento de 1920 trazem a forte presença do trabalho feminino nas fábricas da cidade. As mulheres ocupavam 63,30% da mão de obra do setor industriário. Isso ocorre pois as indústrias têxteis representavam a maior parte das iniciativas fabris da capital e pelo fato de haver concentração de trabalhadoras mulheres nesse ramo. Em 1920, elas representavam 97% da mão de obra total das fábricas têxteis. Na divisão de profissões considerando o sexo, sobre Florianópolis, é mencionado o setor industrial e a divisão entre categorias. Na metalúrgica, ramo em que a Fábrica de Pontas se enquadra, não constavam mulheres como trabalhadoras desse setor.⁷¹ Porém, a data de entrada de

⁷⁰Muitos documentos a respeito dos estabelecimentos da Companhia Hoepcke estavam sob responsabilidade da Fábrica de Rendas e Bordados, ainda em funcionamento, no prédio em Barreiros, São José/SC. Há um corpo numeroso de livros de fichas de funcionários(as), além de documentos de contabilidade e funcionamento das fábricas, como regulamentos internos. Essa documentação está em transição para o acervo do centro de memória do Instituto Carl Hoepcke.

⁷¹ BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1921. op. cit. p. 158. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 maio. 2016.

mulheres na fábrica, segundo os registros do livro, é de 1927, período posterior ao recenseado.

Inicialmente foi cogitada a hipótese de as mulheres do livro serem trabalhadoras da Fábrica de Rendas e Bordados, pois conforme os dados do censo demonstram, era comum mulheres trabalhando nesse setor fabril na cidade. Mas ao olharmos os números de funcionários(as) da Fábrica de Rendas, não parece possível o livro abranger também os(as) funcionários(as) dessa fábrica. Em 1920 trabalhavam nessa fábrica 60 mulheres operando máquinas de costura e 81 no recorte dos panos de bordados, já totalizando 141 funcionárias, além do número de trabalhadores homens que operavam os maquinários maiores e mais pesados, isso ultrapassa a quantidade de empregados(as) registrados(as) no livro.⁷² Em 1928 a Fábrica de Rendas e Bordados já era um empreendimento de grande porte e provavelmente possuía seu próprio livro de registro de funcionários, assim como outros documentos de contabilidade.

O método de comparação dos nomes das funcionárias do livro pesquisado com a documentação em transição para o Instituto Carl Hoepcke não foi frutífero, pois, conforme será relatado mais adiante, a rotatividade das trabalhadoras mulheres era muito mais intensa que a dos trabalhadores homens. Além das questões expostas, o relato oral de um trabalhador da empresa desde 1950 menciona que anteriormente à década de 1960 apenas as fábrica de rendas e de pontas empregavam mulheres.⁷³

É difícil estipular com precisão o estabelecimento ao qual as mulheres do livro pertenciam, mas diante dos fatos aqui relatados, é plausível supor que, exceto o funcionário especificado como trabalhador da Fábrica de Gelo, o restante dos(as) trabalhadores(as) do livro correspondem à Fábrica de Pontas Rita Maria. De todo modo, como no próprio documento há uma divisão por sexo e compreendo que existam singularidades entre os grupos masculino e feminino, eles serão analisados separadamente.

Esse volume de registro de empregados era composto apenas por fichas de operários(as) da fábrica, funcionários de mais alto escalão não estão fichados nesse documento.⁷⁴ O livro provavelmente possuía um caráter formal, ele não era um documento de uso diário por parte da empresa. Essa hipótese é apoiada pelo registro

⁷²REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e Sandra Regina Ramalho; KLUG, João. op. cit. p. 128.

⁷³ E. R. E. R. [set, 2016]. Entrevistadora: Jéssica Duarte de Souza.

⁷⁴ Os cargos de gerência geralmente eram ocupados por imigrantes ou descendentes alemães, com algum reconhecimento político e/ou econômico no estado. In:REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e Sandra Regina Ramalho e; KLUG, João. op. cit. p. 102.

sobre os salários: o livro traz o valor mensal acordado mas não as variações, como horas extras e descontos. É possível que ele tenha sido criado para registrar as retiradas de férias dos(as) funcionários(as), que deveriam ser informadas em "cadernetas de férias". Essas cadernetas eram documentos identificados com fotografia do(a) trabalhador(a), que ficavam sob responsabilidade do(a) próprio(a) empregado(a) ou da empresa.⁷⁵

Em uma pesquisa realizada a partir das fichas de funcionários da cervejaria Brahma, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1900 a 1940, os autores descrevem as informações contidas nesses cadastros.⁷⁶ Essas fichas apresentam exatamente os mesmos dados do livro de registro de funcionários(as) que esse estudo analisa. É muito provável que existisse uma espécie de padronização dos cadastros de trabalhadores(as) nesse período, apesar de a bibliografia e legislações do momento não indicarem com clareza essa questão.

É interessante perceber o silenciamento da cor nesses cadastros. Há um campo destinado para uma fotografia do(a) trabalhador(a) mas não há algo para a declaração de cor dessa pessoa. O pós-abolição pode ser caracterizado como um momento de silêncio institucional da cor. Essa declaração desaparece da maioria das documentações, como no recenseamento de 1920, mas permanece pautando segmentos e segregações, atingindo uma dimensão política e excludente na sociedade.⁷⁷ Conforme mencionado em momento anterior, esse ponto dificulta o estudo da população negra no ingresso de mercado de trabalho no período republicano. A cor retorna aos poucos para os documentos institucionais; apenas no recenseamento demográfico de 1940 o quesito volta a ser levantado. Na questão trabalhista, o cadastro das carteiras profissionais, de 1933, realizadas nas Delegacias Regionais do Trabalho, traziam o campo da cor além da fotografia. Esses documentos se apresentam como um meio eficaz para os estudos que pretendem problematizar o papel ocupado pela população negra no mercado de trabalho formal, já em outra fase da industrialização brasileira.⁷⁸

⁷⁵ MUNAKATA, Kazumi.op. cit. p. 56

⁷⁶ ARAUJO, J. L.; MARQUES, T. C. N.; MELO, H. P. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da cervejaria Brahma. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 57, nº. 3, jul/set, 2003.

⁷⁷ Apesar de na maioria dos documentos institucionais a cor desaparecer nesse período, Hebe Mattos identificou a presença dos termos "preto", "negro" e "pardo" em registros civis. Durante a pesquisa dos ascendentes dos(as) trabalhadores(as) do livro de registro de funcionários no site family search, também encontrei os termos de classificação de cor descritos, principalmente nos registros de óbito. Para mais informações a respeito do silenciamento da cor, ver: MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil, Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁷⁸ A legislação sobre a carteira profissional foi estabelecida em março de 1932 e regulamentada em outubro de 1932. Os pedidos para solicitação das carteiras iniciaram em 1933 e estavam sob

2.2 Funcionamento da Fábrica

Pouco se sabe a respeito do funcionamento interno da Fábrica de Pontas. A documentação sobrevivente a respeito do estabelecimento é escassa, principalmente quando se trata do período anterior à década de 1940. Conforme já explanado, o empreendimento foi recebido com euforia pela imprensa da cidade e indícios de seu funcionamento podem ser percebidos através dessa documentação. Alguns dias após a inauguração da fábrica, em maio de 1896, o periódico "O Estado" noticiou a necessidade de ampliação do grupo de operários e da carga horária da fábrica. Nessa data o local funcionava com 17 trabalhadores "que com seu trabalho fazem funcionar as máquinas regularmente das 7 horas da manhã às 17 horas da tarde". A gerência relata que para atender à quantidade de encomendas precisava aumentar a mão de obra e também o horário de funcionamento da fábrica para 24 horas, com implantação de dois turnos de trabalho, mas a dificuldade de encontrar pessoas qualificadas para o serviço era um obstáculo a essa ampliação.⁷⁹ Não há informações se houve o aumento da carga horária da fábrica de acordo com os anseios do gerente. O que nos é possível verificar é a jornada de trabalho dos trabalhadores no momento inicial da empresa, contabilizando 10 horas por dia. Como a demanda do estabelecimento era alta e a mão de obra reduzida, provavelmente essas 10 horas diárias aumentavam de acordo com as necessidades da produção.

Em relação à mão de obra, não há informações precisas sobre a quantidade de trabalhadores(as) no local ao longo das primeiras décadas do século XX, o que foi apurado é o aumento de maquinaria da fábrica, de 15 para 82 máquinas, em 1896 e 1940, respectivamente.⁸⁰ De acordo com o aumento do maquinário, o problema da quantidade e da qualificação dos(as) trabalhadores(as) foi suprido. Em 1920 não era mais necessária a presença de técnicos estrangeiros para a manutenção das máquinas da

responsabilidade das Delegacias Regionais do Trabalho. Um dos acervos sobre essa instituição é o do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas. Ele é composto, principalmente, pelos pedidos de carteira profissional, entre os anos de 1933 a 1968, e são ao todo "627.213 fichas, com dados e fotos individuais, distribuídas em 12.736 cadernos ou livros". Essa documentação não foi localizada para Santa Catarina. In: OLIVEIRA, Ângela Pereira. A atuação de profissionais negros no mercado de trabalho de Pelotas – um estudo a partir das Carteiras profissionais (1933 a 1942). *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 169-189, Dez. 2015. p. 174.

⁷⁹ *O Estado*, Florianópolis. 20/05/1896. apud. REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e (Sandra Regina Ramalho e); KLUG, João. op. cit. p. 116.

⁸⁰ REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e (Sandra Regina Ramalho e); KLUG, João. op. cit. p. 116.

fábrica, os próprios operários e posteriormente os trabalhadores da oficina do estabelecimento, realizavam os ajustes e fabricavam as peças defeituosas para os equipamentos.⁸¹ A prática de o operário, além de sua função de origem, exercer consertos no material da fábrica era comum nesse momento. Essa ação acarretava em redução de custos para a empresa, que tinha no próprio local de serviço alguém habilitado para os ajustes necessários para que a produção continuasse sem tantos transtornos.⁸²

A estrutura do espaço interno da fábrica e a preocupação que a empresa depositava nesse aspecto para a qualidade do ambiente de serviço aos trabalhadores(as) é um ponto importante para a compreensão de como se davam as relações de trabalho nesse espaço. Barreto, Piazza e Souza identificaram a disposição dos locais no interior da fábrica através de uma planta do local.

Imagem 02: Planta baixa da Fábrica de Pontas Rita Maria



Fonte: BARRETO, Maria Teresinha Sobierajski. PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. SOUZA, Sara Regina Silveira. **A Fábrica de Pontas Rita Maria: um estudo de arqueologia industrial.**

⁸¹BARRETO, Maria Teresinha Sobierajski. PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. SOUZA, Sara Regina Silveira. op. cit.p. 45.

⁸² BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operarias na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1985. p. 97.

As salas I, II, III e VIII eram os locais onde os trabalhadores operavam as máquinas e caldeiras para confecções de pregos. A sala VI era o setor de empacotamento, provavelmente as trabalhadoras registradas no livro ficavam nesse espaço. As salas IV e V eram o local de controle de energia do prédio e depósito, respectivamente, e os espaços VII, IX e X eram as oficinas do estabelecimento. As autoras identificam que na primeira construção do prédio, além dos grandes salões para as máquinas, existia um pequena cozinha e na segunda década do século XX o prédio sofreu acréscimos, e entre eles foram anexados banheiros com chuveiros.⁸³ Esses lugares não estão reconhecidos na planta acima, mas são fundamentais para compreender a vivência dos(as) trabalhadores(as) no espaço. A existência de uma cozinha e de chuveiros indica a necessidade entre o grupo de funcionários(as) desses locais no ambiente de trabalho, já que possivelmente as residências de uma parte dos(as) funcionários(as) eram distantes da fábrica e o trabalho implicava em necessidade de higiene pessoal posterior.

Os dados a respeito do cotidiano da empresa são esparsos. Mas possivelmente esses(as) trabalhadores(as) conviviam entre si e nutriam laços de solidariedade e amizade, além de, inevitavelmente, conflito. Essas relações e sentimentos provavelmente se estendiam aos patrões e gerentes do estabelecimento. Na foto abaixo, de 1900, uma parte dos trabalhadores da Fábrica de Pontas estão dispostos na frente do escritório. Não podemos apreender as circunstâncias do relacionamento entre esses operários através do registro fotográfico, mas é possível verificar que diferentes etnias, trabalhadores imigrantes, nacionais brancos e negros, adultos e crianças, dividiam o mesmo espaço de convivência diária. No momento da foto possivelmente não haviam trabalhadoras mulheres no local, mas, posteriormente, elas representavam mais um sujeito nesse cenário diverso e complexo do mercado de trabalho formal da cidade.

⁸³ BARRETO, Maria Teresinha Sobierajski. PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. SOUZA, Sara Regina Silveira. op. cit. p. 35.

Imagem 03: Trabalhadores da Fábrica de Pontas Rita Maria - 1900



Fonte: Acervo de Memória do Instituto Carl Hoepcke. Autor desconhecido, 1900.

2.3 Os(as) trabalhadores(as) da Fábrica

O mercado de trabalho formal de Florianópolis, como vimos, trava-se de iniciativas que, com exceção da Companhia Hoepcke, possuíam um pequeno número de trabalhadores(as) por estabelecimento. Maria das Graças Maria inquiriu sobre ocupações dos negros e negras em Florianópolis na década de 1930 e evidencia que as atividades informais foram as opções mais comuns entre essa população. Através de relatos orais a autora reconhece as funções exercidas pelos(as) negros(as) na cidade: carregadores (de piano a livros), sapateiros, cozinheiras, lavadeiras, babás e entre outras atividades.⁸⁴

Porém, apesar de em menor parte, o mercado de trabalho formal estava presente entre esses(as) trabalhadores(as), como são os casos de José Ribeiro dos Santos e Ramiro Farias. Nas duas situações, a profissão acarretou uma ascensão social na vida dos indivíduos. José, na situação de trabalhador qualificado, técnico de máquina de

⁸⁴ MARIA, Maria das Graças. op. cit.

escrever, angariou privilégios na busca de emprego e essa situação o auxiliou nas relações de sociabilidade. José também se tornou o primeiro vereador negro de Florianópolis, pelo Partido Social Democrático (PSD). A condição de Ramiro é menos "promissora" mas ainda caracteriza a importância da ocupação formal para a estabilidade e segurança nesse período. Migrante rural, era estivador na Companhia de Navegação da empresa Hoepcke. Seu cotidiano era permeado de luta para superar o cansaço diário, em que a vida na roça às vezes parecia opção melhor que a sua atual, possivelmente por não precisar enfrentar a disciplina imposta pelo trabalho formal. Apesar da insatisfação, a estabilidade que Ramiro identificava na sua profissão teve maior peso, e permaneceu no serviço da estiva.⁸⁵

A Companhia Hoepcke era bastante estimada na cidade. Trabalhar na empresa significava certa posição social, é assim que as memórias de alguns trabalhadores da cidade, nas primeiras décadas do século XX, se referiam ao local e aos seus trabalhadores(as). As relações de trabalho e a remuneração dos(as) funcionários(as) da empresa provavelmente não diferiam expressivamente entre os outros trabalhadores formais da cidade, que exerciam funções semelhantes. Porém, outros aspectos além de econômicos que imperam nessa relação. "Quem trabalhava na empresa Hoepcke e no Banco do Brasil era importante," relatou um trabalhador que se referia ao mundo do trabalho da cidade na primeira metade do século XX.⁸⁶

É na tentativa de compreender esse contexto que a pesquisa se insere. Na articulação entre cor e ocupação profissional, verificando qual espaço que os(as) negros(as) ocupavam dentro da hierarquia de trabalho de um dos empreendimentos da Companhia Hoepcke. Para a explanação a respeito dos(as) trabalhadores(as) do livro de registros de funcionários, inicialmente, seguindo a própria disposição do livro, homens e mulheres foram separados em grupos distintos. A partir dessa divisão, o perfil traçado com base nos dados cadastrais foi utilizado para analisar as faixas salariais dos trabalhadores(as), dentro de cada conjunto salarial foram consideradas informações sobre a hierarquia de trabalho, como cargo, tempo de serviço e idade, para verificar se existia um perfil majoritário em cada faixa. Além da questão diretamente econômica, outros dados foram ressaltados dentro de cada grupo, como saídas do serviço e parentescos entre os(as) trabalhadores(as) da fábrica. Para verificar as relações familiares foram realizados cruzamentos nominais entre os(as) trabalhadores(as) a partir

⁸⁵ MARIA, Maria das Graças. op. cit. p. 57-58.

⁸⁶ SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. op. cit. p. 127.

das informações contidas nas fichas.

A declaração sobre a cor dos(as) funcionários(as) negros foi feita através da fotografia presente nas fichas. Atribuir identidade a alguém a partir das concepções atuais sobre raça/cor não é a maneira mais indicada de estudar a questão racial, pois a compreensão de cor não é algo imóvel, essa noção se modifica nos diferentes contextos. Logo após a abolição a necessidade do distanciamento ao passado escravista fez com que muitos negros e negras de pele mais clara não se declarassem como tais, utilizando os termos mulato(a), moreno(a) e pardo(a).⁸⁷

A designação da cor pela fotografia não foi a primeira opção metodológica adotada no trabalho. Conforme foi exposto na introdução, a busca dos ascendentes nos registros paroquiais não trouxe resposta sobre a condição social ou origem desses trabalhadores(as). Nesse sentido, a pesquisa adotou o critério estabelecido por Antônio Sérgio Guimarães em que a classificação de cor por fotografia, quando a única maneira disponível, é um mecanismo válido para que a questão racial não seja negligenciada.⁸⁸

O debate acerca da raça é bastante complexo no Brasil, a própria classificação racial é permeada pelas condições sociais de cada indivíduo. João Reis chama atenção para esse ponto, em que "no Brasil, e isso vem de longe, a classificação racial é em grande medida situacional, depende do contexto, da posição social de quem classifica e de quem é classificado, e a coisa se complica sobretudo quando se trata dos mestiços".⁸⁹ As condições e aparência são fatores fundamentais para a distinção racial no país. Considerando esses pontos, Oracy Nogueira caracteriza o preconceito brasileiro como de marca, em que é relacionado a aparência, isso é, suas manifestações estão pautadas nos traços físicos, sotaque e gestos do indivíduo. No Brasil, segundo Nogueira, o tipo físico atenua o preconceito, onde quanto mais clara for a cor da pele, mais aceito é esse sujeito na sociedade. Outros fatores de importância são: o grau de instrução desses indivíduos negros(as), e principalmente a classe em que ele está inserido.⁹⁰ A reflexão de Guimarães sobre esse aspecto acentua as concepções colocadas por Nogueira e Reis:

⁸⁷ Hebe Mattos constatou que a marca do cativo permanecia na declaração de cor dos indivíduos, nesse sentido, a autora verifica casos de negros que "camuflam" suas cores na declaração, visto que "preto" carregava o estigma da escravidão. Essa atitude se caracterizava como uma das formas de luta pela igualdade e cidadania, portanto, a ação era carregada de significado político. MATTOS, Hebe Maria. Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁸⁸ GUIMARÃES, Antônio S. F. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. p. 105.

⁸⁹ REIS, João Reis. op. cit. p. 234.

⁹⁰ NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca**: As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 294.

A ideia de “cor”, apesar de afetada pela estrutura de classe (daí por que “o dinheiro embranquece”, assim como a educação), funda-se sobre uma noção particular de “raça”. Tal noção, ainda que gire em torno da dicotomia branco/negro, tal como no mundo anglo-saxônico, é específica na maneira como define “branco”. No Brasil, o “branco” não se formou pela exclusiva mistura étnica de povos europeus, [...] ao contrário, como “branco” contamos aqueles mestiços e mulatos claros que podem exibir os símbolos dominantes da europeidade: formação cristã e domínio das letras.⁹¹

Em relação ao debate, esse trabalho considera que a problemática racial é atravessada pela aparência e principalmente pela questão de classe. Raça, classe e gênero são categorias interpostas que não podem ser negligenciadas para o estudo da classe trabalhadora. A análise dos grupos demonstra a importância de pensar essas categorias em diálogo, percebendo as especificidades que cada uma abarca. Raça e gênero são marcadores sociais condicionados por realidades e hierarquias classistas, que nesse período se transverte de critérios considerados racionais e objetivos, como a biologia e medicina.⁹²

2.3.1 O grupo masculino

Das 108 fichas do livro de registro de funcionários 63 são de trabalhadores homens. Entre esses 63 cadastros um dos homens não tem o campo *ordenado mensal* preenchido em sua ficha, portanto, ele não pôde ser considerado na análise.⁹³ A moeda da época era o réis, e as faixas salariais foram divididas respeitando uma diferença de 50 mil réis em cada grupo, resultando em sete faixas de salário.

A tabela abaixo demonstra as divisões salariais com a quantidade total de

⁹¹ GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 50.

⁹² Esse foi um momento marcado pelo cientificismo, pelas teorias da eugenia que atribuía a indolência e criminalidade à própria natureza da população negra e mestiça, da mesma maneira que o estigma da loucura às mulheres. Para saber mais, ver: SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. e: SCHWARZ, Lilia Moritz. A abertura para o mundo. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (Coord.). **História do Brasil nação**. 2011.

⁹³ Trata-se de um imigrante alemão, admitido em 1926, com 16 anos e assim como a maioria dos funcionários do livro, a função declarada era de operário. Kurt Becher era um trabalhador mais jovem, diferente do restante dos imigrantes presentes no livro e aparentemente não possuía vínculos familiares com outro empregado da fábrica.

trabalhadores incluso em cada faixa de salário, juntamente com o número de negros e imigrantes em cada grupo.

Tabela 03: Faixas salariais x Quantidade de trabalhadores

Grupos	Faixa Salarial	Total Trabalhadores	Negros	Imigrantes
Grupo 01	50 - 100	5	2	-
Grupo 02	101 - 150	10	2	-
Grupo 03	151 - 200	38	5	2
Grupo 04	201 - 250	5	-	1
Grupo 05	251 - 300	2	-	1
Grupo 06	301 - 350	1	-	-
Grupo 07	500	1	-	-

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].**

Conforme podemos perceber, o número de trabalhadores negros e imigrantes não é muito expressivo, o que se verifica é a distinção na disposição desses trabalhadores entre os grupos salariais. Para melhor compreender os significados dessa diferença e também outras especificidades entre os funcionários, analisamos cada grupo salarial considerando o tempo de serviço, idade e cargo ocupados pelos trabalhadores, por compreendermos que são fatores importantes para o resultado da remuneração mensal dos empregados.

A tabela 04 correlaciona a média de tempo de serviço e idade dos trabalhadores nos diferentes grupos salariais. O cruzamento desses dados são importantes para identificarmos até que ponto, idade e tempo de serviço estão relacionados com a ascensão dos funcionários dentro da fábrica.

Tabela 04: Relação de salário com tempo de serviço e idade

Grupos	Nº de Trabalhadores	Faixa Salarial	Média Tempo de Serviço	Média de Idade
Grupo 01	5	50 - 100	1 ano	16 anos
Grupo 02	10	101 - 150	3 anos	22 anos
Grupo 03	38	151 - 200	12 anos	38 anos
Grupo 04	5	201 - 250	15 anos	40 anos
Grupo 05	2	251 - 300	18 anos	59 anos
Grupo 06	1	301 - 350	3 anos	35 anos
Grupo 07	1	500	32 anos	54 anos

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].**

Diante dos dados é possível notar como o tempo de serviço e idade geralmente estão atrelados à mobilidade entre as faixas. O trabalhador que compõe o grupo 06 destoa sobre a relação de tempo de serviço e remuneração, porém, as informações sobre os cargos dos funcionários não estão apresentadas nessa tabela, e essa é uma importante informação para a compreensão das distinções de salários entre os trabalhadores. A média geral dos dados a respeito dos grupos salariais nos ajudam na identificação de padrões, e de seus destoantes, no perfil do corpo de funcionários do estabelecimento fabril. Porém, a análise mais minuciosa de cada faixa de salário é fundamental para compreender as especificidades desses grupos, e verificar os locais que os trabalhadores negros ocupavam nessa hierarquia de serviço.

A próxima tabela apresenta a relação de cargo com as faixas de salários e o número de trabalhadores negros e imigrantes correspondentes em cada função. O grupo 03, como aglutina o maior número de empregados, sofreu uma subdivisão, considerando o salário, para melhor visualização dos dados, foi distinguido entre os salário de 151 a 175 mil réis e 176 a 200 mil réis. Essa separação nos permite perceber que os cinco negros dessa faixa de salário se encontram na primeira subdivisão e os dois imigrantes na segunda.

Tabela 05: Relação das faixas salariais e cargos dos trabalhadores

	Cargo	Total	Negros	Imigrantes
Grupo 01 50 - 100	Operário	2	-	-
	Ajudante de Encaixotador	3	2	-
Grupo 02 101 - 150	Operário	7	-	-
	Servente de Máquina de Pregos	2	1	-
	Polidor	1	1	-
Grupo 03a 151 - 175	Operário	14	5	-
	Encaixotador	1	-	-
	Servente de Máquina de Pregos	1	-	-
	Serralheiro	1	-	-
Grupo 03b 176 - 200	Operário	19	-	2
	Ajudante de Carpinteiro	1	-	-
	Fábrica de Gelo	1	-	-
Grupo 04 201 - 250	Operário	4	-	1
	Motorista	1	-	-

Grupo 05	Operário	2	-	1
251 - 300				
Grupo 06	Operário	1	-	-
301 - 350				
Grupo 07	Operário Contramestre	1	-	-
500				

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)]**.

A tabela 05 nos mostra o cargo de operário bastante utilizado em todas as divisões de remunerações. Provavelmente, era um termo mais generalizado para designar os trabalhadores que exerciam funções diretas com a confecção dos pregos, mas, possivelmente, existiam distinções nas funções realizadas pelos trabalhadores com essa identificação.

O grupo salarial 01, como podemos visualizar na tabela 04, corresponde aos mais jovens trabalhadores da fábrica e com menos tempo de serviço. Nesse sentido, verificamos uma hierarquia de serviço, em que os funcionários mais jovens e com menos tempo de trabalho pertencem à menor faixa de salarial. Os dois empregados negros desse grupo se tratavam dos funcionários mais jovens de todo o livro, eram os "meninos da fábrica" e como demonstra a tabela 05, exerciam a função de ajudante de encaixotador.

Em relação a segunda faixa de salário, novamente, os dois trabalhadores negros estão entre os mais jovens do grupo, um com o cargo de ajudante de encaixotador e o outro como polidor, esse último era Osvaldo Casemiro de Almeida. Osvaldo, assim como mais dois funcionários do grupo 02, possuía laços de parentesco entre os funcionários da fábrica. Osvaldo, Horato (operário) e Felix (operário e filho de imigrante) eram filhos de trabalhadores mais antigos na empresa e, provavelmente, foram seus pais que conseguiram o emprego para eles. Essa prática de relação familiar dentro do mesmo ambiente de trabalho também foi encontrada nas demais faixas salariais e está relacionada a medidas disciplinares e reguladoras, em que os familiares vigiavam uns aos outros. Nesse momento, as fábricas funcionaram como espaço privilegiado para incutir a disciplina do trabalho e produzir o tipo ideal de operariado,

ou seja, obedientes e produtivos.⁹⁴ Entre os operários, há informações que dois trabalhadores saem da fábrica por livre e espontânea vontade, um em 1927 e outro em 1928, os dois foram readmitidos em 1929.

O grupo 03, por concentrar quantidade de trabalhadores muito maior que as demais faixas, para sua análise individual seguiremos a subdivisão adotada da na tabela 05. A remuneração entre 150 a 175 mil réis conta com 17 trabalhadores e a média de tempo de serviço é de 10 anos. É nesse nicho salarial que se encontra o trabalhador Manoel dos Santos Magano, protagonista de nossa história na introdução desse trabalho. Dos 5 funcionários negros, apenas um possuía tempo de serviço inferior a 5 anos e retirou-se da empresa em 1930, por "sua livre e espontânea vontade, apresentando bom comportamento". Casemiro, também negro, era um dos dez empregados mais antigos do livro e, conforme consta em seu registro, faleceu em 1931 com 51 anos. O trabalhador com data de admissão mais antiga do livro também é um funcionário negro: João Manoel de Souza. Esse é o último grupo de salário em que aparecem trabalhadores identificados como negros, e eles estão presentes apenas nessa primeira subdivisão de remuneração.

O cargo de serralheiro, dessa subdivisão, pertencia a Adão, admitido em 1927, com 18 anos, um ano depois de seu irmão, José, com 20 anos, operário. Ambos eram filho de Miguel Subierasjsky, imigrante polonês, funcionário da fábrica desde a data de inauguração, em 1896. Também com laços de parentesco entre os trabalhadores da empresa estava Pedro Eulálio da Silva, operário, irmão de João Eulálio da Silva, pertencente a segunda subdivisão desse grupo. Pedro retira-se da empresa por sua livre e espontânea vontade em 1928, conforme consta no livro de registros, readmitido um ano depois.

A divisão salarial de 176 a 200 mil réis, do grupo 03, corresponde a 21 trabalhadores com a média de tempo de serviço de 13 anos. A partir desse nicho de salário os trabalhadores imigrantes aparecem. Nessa divisão estão relacionados um funcionário alemão, admitido em 1925 e um polonês, contratado em 1897. Além do trabalhador polonês, há um trabalhador nacional também admitido no primeiro ano de inauguração do estabelecimento. O funcionário mais jovem desse grupo é um trabalhador da Fábrica de Gelo, conforme está descrito no campo *cargo* do livro. Esse é o único caso em que a fábrica é mencionada nos registros.

⁹⁴SOUZA, Robério. op. cit. p. 71.

Assim como nos outros grupos, também há ligações de parentesco, dois irmãos foram contratados para exercer o mesmo cargo e remuneração. Patrício de Oliveira, outro trabalhador desse conjunto salarial, era pai de quatro funcionárias que estão registradas no livro, três delas admitidas em 1917 e uma em 1929, alguns meses antes do falecimento do pai, em setembro do mesmo ano. O único caso de migração entre os trabalhadores homens está disposto nesse nicho, um funcionário natural do Rio Grande do Sul, falecido em 1931, com 51 anos, depois de 19 anos de serviço prestado para a empresa.

O grupo 04 é composto praticamente apenas por trabalhadores veteranos da fábrica. O funcionário com admissão mais recente é o motorista e deve ser pela função que exercia que se encontra nesse nicho salarial. Um dos trabalhadores desse agrupamento recebia uma pensão desde o dia primeiro de fevereiro de 1928, por "estar imprestável para o trabalho" com 49 anos. Sua ficha não está assinada e esse funcionário também não apresenta retirada de férias, o que reforça a hipótese de confecção do livro ao longo do ano de 1928. O trabalhador imigrante dessa faixa é um polonês, contratado no ano de abertura da fábrica, em 1896, e faleceu em 1929.

O agrupamento 05 é composto por dois trabalhadores, um imigrante alemão admitido em 1897 e um trabalhador nacional com data de admissão de 1923. O nicho de salário 06 corresponde a um trabalhador nacional, com admissão em 1925. Em seu registro há informação de falecimento, mas sem menção de data. Esses três trabalhadores têm em comum o local de moradia. Suas residências ficavam na rua Hoepcke, conforme relatado, nessa rua localizava-se uma vila operária das fábricas da Companhia Hoepcke e, provavelmente, esses três funcionários residiam nas casas da vila. Geralmente, uma das condições para residir em vilas operárias das fábricas era a qualificação de mão de obra,⁹⁵ portanto, apesar de os três empregados estarem registrados como operários, possivelmente exerciam funções importantes na fábrica, visto que seus salários eram mais altos do que a maioria e, provavelmente, residiam em uma das residências da vila. O último grupo de salário é referente ao empregado melhor remunerado do estabelecimento, com cargo de operário contramestre e admitido em 1896. Ele faleceu em 1930, seis anos após conseguir emprego para seu filho Arnaldo, relacionado no grupo 02.

Sobre o perfil dos funcionários homens a partir das faixas salariais é necessário

⁹⁵ BLAY, Eva Alterman. op. cit. p. 159.

atentar para as especificidades da fonte. Não podemos tomar essas informações para análise sem questioná-las. Esse era um livro de registro dos trabalhadores, aparentemente um documento mais formal, sem o uso diário da empresa para anotações, diferente de um livro ponto ou livro caixa. Nesse sentido, os salários não apresentam as variações que provavelmente sofriam, como os descontos por faltas, chegadas tardias ou alugueis de funcionários que moravam em habitações da empresa, e os acréscimos com a realização de horas extras. O campo cargo é também bastante genérico, nele a maioria dos empregados estão registrados como operários, sendo essa uma categoria bastante ampla. Considerando essas ressalvas e apesar delas, o livro nos demonstra algum indício de realidade para a análise do perfil dos trabalhadores e os locais que ocupavam dentro da hierarquia de serviço, é a partir desses indícios que as reflexões sobre os trabalhadores são realizadas.

Diante da explanação das faixas salariais em relação ao tempo de serviço, os trabalhadores imigrantes ocuparam papel importante, visto que a maioria do imigrantes presentes no livro estavam entre os funcionários com datas de admissão mais antiga, e como consequência, estavam relacionados aos mais altos salários. Isso não significa que empregados nacionais não estivessem presentes entre os funcionários mais antigos da fábrica, assim como nos mais altos grupos de salários e funções, como o operário contramestre e o motorista. Diante do discurso local de exaltação da imigração europeia, essa população de fato angariava privilégios, principalmente quando se tratava de uma empresa de imigrante alemão. Porém, conforme Sidney Chalhoub chamou atenção, é preciso atentar para não cairmos na armadilha de explicação pautada no conflito entre trabalhadores nacionais e imigrantes europeus. A complexidade social não acontece apenas relacionadas à essas dicotomias, que fazem parte da sociedade mas não podem ser as únicas chaves de reflexão.⁹⁶

Entre os trabalhadores nacionais também estavam os funcionários identificados como negros. Os afro-brasileiros relacionados no livro aparecem apenas até o terceiro grupo salarial, mesmo os funcionários com datas de admissões mais antigas. Portanto, a inserção da população negra no mercado de trabalho formal da fábrica acontecia, mas possuía espaços limitados, as oportunidades de ascensão dentro da hierarquia de serviço parecem ter sido cerceadas e isso reverberava nas condições salariais. Isso fica muito evidente verificando-se que entre os trabalhadores com o mesmo tempo de serviço, os

⁹⁶CHALHOUB. Sidney. op. cit.

negros não alcançaram patamares de salários mais alto. Esse cenário não foi exclusivo da fábrica florianopolitana: Robério Souza através de informações sobre a remuneração dos trabalhadores da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco, verificou a relação do salário com a qualificação e que os trabalhadores menos qualificados, por consequência piores remunerados, tinham cor e identidades bem marcadas.⁹⁷

Em relação aos empregados mais antigos da fábrica, são ao todo 6 funcionários contratados em 1896 e 1897: três deles são imigrantes, um é o trabalhador com maior remuneração do livro, o operário contramestre, e os outros dois são operários e nacionais. Dos seis empregados com maior tempo de serviço, o de menor remuneração é o trabalhador negro. Na tentativa de materializar o aspecto econômico das faixas salariais, vamos fazer o exercício de quantificar a diferença salarial entre os trabalhadores negros e brancos em capacidade de consumo de produtos alimentícios. Em 1918 um pão pesava 75 gramas e custava 60 réis⁹⁸ e o preço de um quilo de carne era 3 mil réis.⁹⁹ João Manoel de Souza, negro, e Miguel Subierasjsky, polonês, foram admitidos na fábrica no ano de inauguração, em 1896, ambos estavam registrados como operários e recebiam 175 mil réis e 250 mil réis, respectivamente. Portanto, a diferença de salário permitia que Miguel pudesse adquirir um pouco mais de 20kg de carne por mês e colocasse na mesa de sua família 6 pães a mais por dia que João. Um dos entrevistados por Jaqueline Schmitt, seu Alcides, relata que na década de 1920 ele e sua esposa viviam com o seu ganho de pescador mais o salário dela de professora, de 170 mil réis. Ele enfatiza que dependendo da ocasião, precisavam se sustentar apenas com a remuneração dela e lembra como o valor era pouco para as demandas básicas.¹⁰⁰ Nesse sentido, considerando o relato de Seu Alcides, as dificuldades dos trabalhadores pobres em geral eram altas, principalmente em casos como o de João Manoel de Souza, que mesmo sendo o trabalhador mais antigo do seu estabelecimento de trabalho parece ter encontrado oportunidades de ascensão mais limitadas.

Outra questão que chama atenção entre o grupo masculino no livro de registro de funcionários, diz respeito ao empregado do nicho salarial 04 que recebia uma pensão por não estar em condições de trabalhar. Qual será o motivo desse trabalhador receber uma pensão da empresa? No livro não são mencionadas as causas de estar "imprestável

⁹⁷ SOUZA, Robério. op. cit. p. 79.

⁹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (Município). Resolução nº 128, de 10 de janeiro de 1918. **Coleções de Leis e Resoluções**. 1934.

⁹⁹ SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. op. cit. 179.

¹⁰⁰ Idem.

para o trabalho", podemos estabelecer a hipótese de um acidente de trabalho ocorrido na fábrica e essa situação tenha impossibilitado sua volta ao serviço.

Nesse momento, a primeira lei de acidentes de trabalho, estipulada com o decreto 3.724 de 15 de janeiro de 1919, já estava em vigor. A regulamentação da lei determinava que os operários que sofressem acidentes dentro do local de trabalho e com ligação direta a este deveriam ser amparados pelos patrões, a legislação também designava definições acerca de "acidente de trabalho", "patrão" e "operário".¹⁰¹ As pensões em casos de perda total, parcial, permanente ou temporária da capacidade de trabalho eram pagas através de seguradoras conveniadas às empresas. Esse sistema acarretava em vantagens ao patronato pois eliminava os gastos imprevistos que poderiam abalar os caixas das empresas com o pagamento das indenizações e pensões por acidentes de trabalho, e também distanciava as relações diretas entre patrão e trabalhador já que o assunto seria tratado através da seguradora. Nessa situação, os patrões passavam a ser "figuras neutras e vigilantes no cumprimento da lei".¹⁰²

Não sabemos as circunstâncias que fizeram o trabalhador da Fábrica de Pontas receber essa pensão nem as condições para tal. É provável que tenha sofrido algum acidente na fábrica e nesse caso, aparentemente, a legislação de 1919 estava sendo cumprida. Devido à falta de informações não é possível precisar a maneira como o pagamento da pensão ocorreu. De todo modo, o debate sobre acidentes de trabalho estava em pauta nesse período e casos de acidentes no local de serviço sem qualquer amparo ao trabalhador eram uma realidade. Jaqueline Schmitt verificou essa ocorrência na imprensa de Florianópolis em 1920:

(...) estive ontem em nossa redação uma criança de 15 anos, moradora no lugar Saco Grande, que nos mostrou horrendas queimaduras ao longo de todo o peito, até perto da região umbilical: umas das orelhas secou ficando a boca num rito doloroso, devido ao repuxamento da pele do pescoço. Empregado numa venda, Virgílio Chrispiniano, na noite de 24 de dezembro auxiliava seu patrão na fábrica de aguardente. Devido a um excesso, cujas chamas atingiram o menor envolvendo-o em parte. Na desorientação do desastre, Virgílio caiu, esbarrando em um recipiente de álcool, que tombou-lhe por cima, ocasionando dali queimaduras monstruosas. (...) Hoje, doente sem poder trabalhar, com o pai atirado ao fundo da cama, Virgílio

¹⁰¹ BRASIL. Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. **Acidentes no Trabalho**. Brasil, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

¹⁰² GOMES. Angela de Castro. **Burguesia e Trabalho**: política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.

Chrispiniano na sua triste e lamentável pubescência, estende a mão queimada à caridade pública, na esperança de um auxílio abençoado.¹⁰³

Apesar do tom apelativo da notícia, ela denuncia um fato de omissão de responsabilidade do patronato ao seu trabalhador. Nesse sentido, percebe-se a complexidade e fragilidade da legislação, pois a instituição da lei é diferenciada da sua aplicação na realidade, uma mesma lei podia ser ou não cumprida em situações diferentes.

O fato do funcionário da fábrica receber uma pensão por incapacidade ao serviço, denota-se a ideia de cumprimento da lei de acidentes de trabalho por parte da empresa. Essa questão pode ser um dos motivos para a valorização de um emprego na Companhia Hoepcke, ao que indica, eles cumpriam a legislação.

2.3.2 O grupo feminino

Entre as fichas do livro, 45 são de trabalhadoras mulheres. As remunerações do grupo feminino apresentam menos variações que a dos homens, portanto, estão dispostas em duas faixas salariais. É notório a distinção dos salários entre os dois grupos: todas as mulheres se concentravam na faixa de "entrada" dos homens, equivalente a adolescentes recém contratados pela empresa. A tabela 06 traz informações do número total de trabalhadoras em cada nicho salarial e o número de funcionárias negras. No grupo feminino não aparecem casos de imigrantes.

Tabela 06: Faixas salariais x Quantidade de trabalhadoras

Grupos	Faixa Salarial	Total Trabalhadoras	Negras
Grupo 00	0 - 50	6	-
Grupo 01	51 - 100	39	5

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].**

Diferente do grupo masculino, as trabalhadoras negras aparecem entre as mais

¹⁰³ **República**, Florianópolis. 28/01/1920. apud.SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. op. cit. p. 89.

altas remunerações, pois não havia uma distinção significativa entre as trabalhadoras mulheres. A análise individual dos grupos de salários das trabalhadoras também considerou os dados acerca da idade e cargo ocupado por elas. Em relação ao tempo de serviço, as datas de admissão entre as mulheres são bastante parecidas, a data mais antiga é de 1927, com 27 trabalhadoras registradas no ano. O restante das funcionárias tem o início do contrato entre 1928 a 1931. Não é possível saber se as datas correspondem exatamente com a realidade, porém, como essas são as informações disponíveis, consideramos que o tempo de serviço das trabalhadoras é praticamente o mesmo. Sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, o pouco tempo de serviço das trabalhadoras poderia influenciar, porém, é importante destacar que as funcionárias com melhores remunerações ainda recebiam menos que os homens de menores salários, mesmo tendo mais que o dobro da idade deles. Na tabela 07 estão relacionados salário, média de idade e cargo das funcionárias, com a identificação das trabalhadoras negras. Como o grupo 01 aglutinou mais da metade de todas as fichas femininas, realizamos uma subdivisão no grupo, considerando a distinção de cargo.

Tabela 07: Relação de salário com idade e cargo

Grupos	Faixa Salarial	Média Idade	Cargo	Total	Negras
Grupo 00	0 - 50	21 anos	Operária	6	-
Grupo 01a	51 - 100	29 anos	Operária	20	4
Grupo 01b	51 - 100	19 anos	Empacotadeira	19	1

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].**

Conforme podemos perceber, as variações das funções são poucas, com apenas dois cargos registrados. O vínculo de idade e salário também parece ocorrer entre as trabalhadoras, com exceção das funcionárias registradas sob a função de empacotadeira, que em sua maioria são bem mais jovens que o restante das mulheres do livro. Entre as 19 trabalhadoras, duas tinham idade de pouco mais de 30 anos e três com mais de 20 anos, as outras funcionárias dessa função apresentavam idade de 14 a 17 anos.

Sobre cada faixa de salário: no grupo 00, conforme demonstra a tabela 06, não foi identificada nenhuma trabalhadora negra. Uma das funcionárias, Elza Eulália Cardoso, admitida com 25 anos, era filha de um dos empregados da empresa. Elza

conseguiu o emprego na Companhia Hoepcke 15 anos após a admissão de seu pai na empresa, mas não chega a completar um ano de serviço, se retirou por sua vontade em dezembro de 1927. Assim como Elza, mais duas trabalhadoras não permaneceram um ano no local, e outras duas trabalhadoras saem da fábrica em 1929. Em todas as fichas está registrado que foi por "livre e espontânea vontade" das trabalhadoras.

Em relação as funcionárias registradas como operárias do grupo 01a: Francisca Tavares, operária, era irmã de Maria Tavares, *empacotadeira* e a única mulher casada de todo o livro. Outro laço de parentesco é de Francisca Alves, irmã de um funcionário relacionado no grupo 02. Das quatro funcionárias identificadas como negras, uma delas era Dorvalina Toboas, que junto com outra trabalhadora do grupo tinha a melhor remuneração entre as mulheres, de 65 mil réis. Dorvalina é a única negra que tem informações sobre retirada do serviço, e assim como a maioria das mulheres, estava registrada como solteira, aos 39 anos. No registro de saída de uma das operárias está especificado que o motivo da retirada foi para o casamento.

Entre as empacotadeiras há uma funcionária negra, que sai da fábrica após três anos de serviço. Na mesma categoria estão Dorvalina de Souza e Olydia Cardoso (viúva), as duas trabalhadoras mais velhas do grupo e irmãs, elas foram admitidas em 1927 e 1928 respectivamente, mas só aparece registro de retirada de férias em 1931 para as duas. Não é possível saber se foi um descuido de preenchimento ou se de fato isso ocorreu. Entre todos(as) os(as) trabalhadores(as) do livro elas foram as únicas para as quais ocorreu essa lacuna na retirada de férias. Nas informações sobre saída do serviço das funcionárias dessa categoria também há menção sobre o casamento e, em todas as fichas, está especificado que foi "por livre e espontânea vontade" da empregada.

Uma das especificidades entre as trabalhadoras mulheres é o pouco tempo no serviço. Para melhor compreender a dimensão dessa rotatividade expressamos os dados em uma tabela, demonstrando as faixas de salários, quantidade total de trabalhadoras e o número de funcionárias com registro de retirada do emprego de cada grupo.

Tabela 08: Número de trabalhadoras com registro de saída do serviço

Grupos	Faixa Salarial	N^a de Trabalhadoras	N^a de retiradas
Grupo 00	0 -50	6	5
Grupo 01	51 - 100	39	16

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].**

As saídas indicadas no livro de registro provavelmente ocorriam devido ao casamento, estando próximas da data de casar as trabalhadoras retiravam-se do emprego "por livre e espontânea vontade". O relato de uma senhora funcionária na década de 1940 da Fábrica de Rendas e Bordados aborda o assunto do casamento. Segundo sua descrição, havia um "regulamento" na fábrica de não empregar mulheres casadas e quando uma funcionária do local casava deveria se retirar da empresa. Essa situação podia estar atrelada às condições que uma trabalhadora casada poderia trazer, como gravidez, resultando em menos rendimento e mais falta no serviço. Nesse sentido, dona Alda expôs sua própria história:

D. Alda: Ah, casar estava preparada era pro olho da rua, né.
Entrevistadora: A senhora saiu porque colocaram a senhora para a rua? **D. Alda:** Não, não. Eles me chamaram com toda a educação e disseram que eu tinha que sair porque eu tinha casado, e eles não me aceitaram mais lá.¹⁰⁴

A questão apontada por D. Alda não apareceu em nenhum outro relato de trabalhadoras das fábricas da Companhia Hoepcke, não sabemos se era recorrente. Apesar de a situação se referir a um período posterior ao estudado e de outro estabelecimento da empresa, a ocasião nos permite questionar o livro de registro de funcionários, sobre as observações de retirada do serviço serem todas por livre e espontânea vontade do(a) trabalhador(a). Até que ponto essas saídas aconteciam devido a vontade do(a) empregado(a), conforme consta registrado no livro? Será que alguns desses(as) funcionários(as), assim como D. Alda, não foram chamados, com toda educação, e informados que precisavam sair da empresa? Existe a possibilidade de D. Alda não ter sido mais aceita na fábrica por outro motivo e o casamento pode ter servido de desculpa por parte do patronato.

Essas circunstâncias provavelmente coexistiam, casos em que o pedido de demissão partiu dos(as) funcionários(as) e outros(as) em que foram "convencidos" pela empresa através de uma "conversa educada". Da mesma maneira que provavelmente a saída da maioria das mulheres ocorreu devido o casamento, visto que nesse período o espaço público não era local "adequado" para mulheres casadas. A exigência de saída do serviço, segundo relatos de trabalhadoras das fábricas, provinha mais dos futuros

¹⁰⁴ CAMPOS, Alda Costa. **Alda Costa de Campos**. [nov, 2004]. Entrevistadora: Elaine Cristina da Costa. Laboratório de História Oral - UFSC.

maridos do que da empresa. Isso não significa que as mulheres estavam fadadas ao espaço interno da casa. As mulheres, desde o século XIX, libertas, livres e escravizadas, exerciam funções diversas, como engomadeiras, lavadeiras, quitandeiras e se inseriam na construção econômica da cidade.¹⁰⁵

Maria das Graças Maria identificou que a ocupação entre as mulheres negras na cidade se delimitava aos serviços domésticos realizados para fora. Essa marginalização, conforme denuncia a autora, reflete na historiografia clássica de Santa Catarina e na sociedade atual. É importante verificar a presença das mulheres negras no mercado de trabalho formal da cidade, para perceber como elas estavam inseridas nesse meio, que não era o espaço mais comum entre essas mulheres. Em relação ao livro de registros, ao contrário dos funcionários homens, as trabalhadoras negras estavam dispostas no grupo de mais alto ordenado mensal. Uma característica percebida através das fotos é que as mulheres negras possuíam a pele mais clara que os homens. Essa circunstância, apesar do problema da atribuição de identidade, traz o assunto em que Guimarães chamou atenção a respeito dos mestiços claros tomados como "brancos". É possível que a cor de pele mais clara tenha auxiliado essas mulheres na conquista do emprego formal, evidenciando que a aparência, numa noção de preconceito de marca, também é um fator importante dentro de uma mesma classe.

Sob o ponto de vista econômico, é perceptível a diferença salarial entre mulheres e homens, em que as mulheres com melhor remuneração recebiam menos que os "meninos" da fábrica. Porém, o distanciamento de salários entre as mulheres era menor que entre os homens. Para o exercício de quantificação em poder de consumo, o menor ordenado mensal feminino era de 43 mil réis e o maior era de 65 mil réis, isso acarretava em 4 pães a mais por dia e um pouco menos que 5kg de carne por mês. Se considerarmos o relato de Seu Alcides novamente, sobre a queixa do salário de 170 mil réis de sua esposa, que era pouco dinheiro a mais para as contas da casa, comparando com o salário das trabalhadoras da fábrica de Pontas ficam evidentes as dificuldades encontradas por elas para sobreviver na cidade. Muitas eram moças jovens e provavelmente moravam com os pais, mas havia casos de mulheres com mais de 30 anos, ainda solteiras ou viúvas, trabalhando no estabelecimento e talvez já não pudessem mais contar com os familiares. Nesse sentido, as trabalhadoras tinham ainda mais vulnerabilidade que os trabalhadores homens.

¹⁰⁵Sobre essa questão, ver: MARIA, Maria das Graças. op. cit. e PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

2.3.3 Considerações sobre os grupos

A fonte pesquisada possuía informações resumidas sobre os(as) trabalhadores(as) da fábrica, devido a essa circunstância, não foi possível investigar os casos do protagonismo da população negra no mercado de trabalho e sua agência, dentro e fora do ambiente de trabalho. Porém, o livro demonstra que negros e negras compunham a classe trabalhadora formal da cidade. Nesse sentido, conforme Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes chamaram atenção, a análise dos(as) trabalhadores(as) não pode ser romantizada, vista como única, "aglutinada através de um destino comum, sem levar em considerações suas diferenças internas".¹⁰⁶ Essas reflexões se estendem para o estudo da classe trabalhadora com o recorte racial. O fato de existirem trabalhadores negros não significa que todos compartilhavam de uma identidade negra militante ou que conviviam harmoniosamente, provavelmente existiam laços de solidariedade entre esses(as) trabalhadores(as) como também conflitos. Essas considerações são fundamentais para não negligenciar o fazer-se da classe trabalhadora e assegurar que as classes populares não sejam destituídas de sofisticação no "seu ato de fazer cultura e história".¹⁰⁷

Nesse sentido, não temos informações acerca das experiências dos(as) trabalhadores(as) negros(as) presentes no livro de registro de funcionários, mas podemos conjecturar possíveis ações, como a presença desses homens e mulheres no *footing* da praça XV, vivenciando os espaços da cidade.¹⁰⁸ Esses(as) trabalhadores(as) possivelmente frequentavam os clubes negros do município. É possível que algum dos(as) trabalhadores(as) fosse membro de um dos clubes, participando, além da sociabilidade, em sua organização, integrando espaço de lazer e do ato político.¹⁰⁹

¹⁰⁶ GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luigi. op. cit. p. 224.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 234.

¹⁰⁸ O *footing* era uma "caminhada" que ocorria na Praça XV, no centro da cidade. Se tratava de um espaço de socialização, era um local de encontro, para namoro, para amizades e afins. "Foi a expressão mais explícita da presença dos territórios étnicos nas cidades e da divisão e hierarquização espacial e social no contexto urbano", essa prática constituiu espaços distintos para a caminhada de brancos, negros, pobres e ricos. Em Florianópolis havia três tipos de distinção, existiam lugares determinados para os jovens da elite branca, para os jovens negros e para as prostitutas, "a rua era palco da discriminação e preconceito social". In: MARIA, Maria das Graças. op. cit. p. 267.

¹⁰⁹ Os clubes recreativos também se configuravam em espaços de distinção racial. Em Florianópolis, na década de 1930, haviam clubes como o Concórdia, espaço reservado para brancos, e o 25 de Dezembro,

Fazer parte do mercado de trabalho formal provavelmente possuía um significado importante, atrelado à respeitabilidade e à honra. Apesar de as atividades informais exercerem papel fundamental para a visibilidade, inserção e autonomia da população negra, era um exercício marginalizado, alvo de discriminação, que por consequência era associado à parcela mais pobre e pouco instruída. Outro traço que precisa ser considerado é o discurso do imigrante/alemão civilizado, o empreendedor nato, que é difundido principalmente nos locais de intensa imigração alemã. Figuras como Carl Hoepcke, de empresários alemães ou descendentes, são constantemente tomados como exemplos de conduta a serem seguidos. Essa postura, mais do que incentivar o empreendedorismo entre as elites, implicava num resultado direto nas relações sociais/trabalhistas desses grupos com a sociedade a sua volta.

Alexandre Fortes estudando bairros operários em Porto Alegre no período do Estado Novo, identificou a figura de Antônio Jacob Renner, descendente de alemães, e importante empresário na cidade. A descrição da relação de Renner com a sociedade e nas relações de trabalho se assemelha muito à de Carl Hoepcke. São colocados como pessoas íntegras, trabalhadores, exemplos de postura e conduta a serem seguidos por toda a sociedade, principalmente entre seus funcionários(as), que deveriam aproveitar a oportunidade de fazer parte do corpo de trabalhadores(as) dessas grandes empresas com padrões tão justos.¹¹⁰ Visto a importância e exaltação da imagem de Carl Hoepcke no cenário de Florianópolis, quais as implicações disso nas relações de trabalho nas suas empresas? Qual o significado de fazer parte do corpo de trabalhadores(as) do grupo de empresas do imigrante? Para a população negra, a situação poderia significar numa importante distinção social.

O cotidiano do trabalho geralmente estava permeado de práticas paternalistas. Essa ação pode ser percebida devido à quantidade de laços de parentesco entre os(as) trabalhadores(as) da fábrica, esse é um cenário bastante propício para o paternalismo, em que o ambiente de trabalho passa a ser visto como uma grande família e o patrão como uma figura bondosa, que ajuda através do emprego os familiares de seus(as)

para os negros. Nesse contexto é aberto o clube Aimoré, que visava agregar negros, pardos e brancos, mas não sobreviveu mais que alguns meses pois as mulheres brancas se recusavam a dançar com os homens negros, evidenciando a segregação na cidade. Posteriormente foi aberto na cidade o clube Brinca quem pode, clube negro, mas que permitia a entrada de brancos, ao contrário dos dois clubes existentes, que demarcavam racialmente os frequentadores. In: MARIA, Maria das Graças. op. cit. p. 81.

¹¹⁰FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas.** Caxias do Sul/ Rio de Janeiro : EDUCS / Garamond, 2004. p. 51.

empregados(as). Entendemos paternalismo conforme proposto por Thompson, numa relação mutuamente consentida, em que ambos os lados precisavam ser ouvidos e respeitados, mesmo que um desses lados, no caso o dos trabalhadores, fosse o mais fraco,¹¹¹ portanto, não trata-se de perceber esses(as) trabalhadores(as) como figuras passivas aos mandos e desmandos dos patrões. Ter muitos trabalhadores de uma mesma família no local de serviço também fazia parte de estratégia de disciplina e era uma característica comum em fábricas com vilas operárias.¹¹²

A análise dos locais de residência dos(as) trabalhadores(as) ressaltou um importante problema do período: a moradia. Em relação à residência dos homens, a maioria eram próxima ao local de trabalho. Os lugares de maior concentração foram: rua Duarte Schutel, seguido pela rua Felipe Schmidt, avenida Rio Branco e o bairro Estreito. As mulheres, ao contrário dos homens, apresentam locais de residência mais dispersos umas das outras, mas a maioria ainda se encontrava próximo ao local de trabalho. O bairro Estreito, na ilha, foi o local de maior concentração de funcionárias, seguido pela rua Padre Roma e duas trabalhadoras com residência na rua Hoepcke. O local de moradia entre o grupo feminino estava preenchido de maneira mais completa que o masculino, além dos nomes das ruas, em quase todas as fichas havia o número da habitação. A informação do número possibilitou verificar casos de mulheres que, aparentemente sem parentesco, residiam na mesma casa, possivelmente eram famílias que dividiam a mesma residência para baratear o aluguel ou mulheres solteiras, cujas famílias não residiam na cidade.

Sobre o problema de moradia, a existência de uma vila operária para os(as) trabalhadores(as) da fábrica já denota essa questão. Uma vila para os trabalhadores da empresa faz sentido em um contexto de difícil acesso a habitação, por falta de ofertas e preços elevados de aluguéis. Não temos informações sobre as circunstâncias das locações das casas na vila operária Hoepcke, mas, estudos sobre o assunto demonstram que os requisitos para a residência em uma casa em vilas operárias geralmente são: qualificação na mão-de-obra e quantidade de trabalhadores(as) da mesma família trabalhando na fábrica. Para as empresas era importante ter próximo ao local de trabalho funcionários que soubessem resolver possíveis problemas com a produção. A situação nas vilas operárias criava um vínculo entre contrato de trabalho e moradia, causando

¹¹¹ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.p. 30.

¹¹² BLAY, Eva Alterman. op. cit. p. 97.

uma dupla instabilidade aos operários(as) e sua família.¹¹³ Em relação aos trabalhadores(as) da fábrica de Pontas identificados como negros, não há nenhum residindo na rua Hoepcke e há apenas um caso de laço de parentesco, com um filho e pai negros trabalhando juntos.

Os casos de migração de áreas rurais para a cidade mostram as condições de trabalho, e por consequência, de acesso à moradia que as pessoas encontravam na cidade. Terence Miranda estudou trajetórias de famílias negras que saíram de ambientes rurais de Biguaçu para Florianópolis. Em seu trabalho relata sobre como a cidade estava presente na vida desses pequenos agricultores, pois era indissociável para eles a produção e o comércio, que ocorria no centro da cidade, dos produtos agrícolas que produziam. Esse estreitamento no convívio facilitou para o processo de migração das comunidades mais rurais para os locais próximos do centro de Florianópolis, sobretudo a população negra.

Já no ambiente da cidade, as possibilidades de trabalho encontradas pela grande maioria dos negros(as), principalmente os recém chegados do interior, eram atividades braçais, domésticas e não especializadas. O que fica claro, segundo Miranda, é o ganho não suficiente da maioria dessas pessoas, que precisavam muitas vezes estabelecer estratégias com trabalhos informais, exercidos muitas vezes pelas mulheres e crianças da família, para complementar a renda obtida pelo trabalho formal, geralmente exercido pelo homem. Há relatos de famílias que praticaram cultivos também na cidade, isso auxiliava na subsistência e, pelo que indica um dos relatos apontado por Miranda, numa economia solidária informal na comunidade, baseada na troca.¹¹⁴ A prática de complementação da renda familiar com auxílio de atividades informais, provavelmente também era exercida pelos trabalhadores(as), brancos(as) e negros(as) presente no livro de registro da Fábrica de Pontas.

Outra questão importante a respeito do mundo do trabalho que o livro de registro da Fábrica de Pontas traz é sobre a lei de férias. A compreensão inicial sobre a lei, pela historiografia, foi do não cumprimento da lei¹¹⁵, isso exemplificaria a postura de aversão à intervenção do Estado nas relações de trabalho, e de abertura completa às

¹¹³ BLAY, Eva Alterman. op. cit. p. 187.

¹¹⁴ MIRANDA, Terence Burchert. **Mobilidade e Trabalho:** trajetórias de famílias negras de Biguaçu na primeira metade do século XX. 118f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. p. 95.

¹¹⁵Entre uma das historiografias que não identificaram a aplicação da lei de férias no Brasil está: GOMES. Angela de Castro. **Burguesia e Trabalho:** política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.

pressões patronais. João Tristan Vargas se opôs a essa concepção, em que verifica como o cumprimento da lei ocorreu de fato em casos isolados, mas que isso não era indício dessa suposta postura adotada pelo Estado. Vargas ressalta reflexões importantes para pensar a legislação, em que a reunião de representantes dos trabalhadores e dos patrões para regulamentar a lei, claramente demonstra uma intenção por parte do estado de legitimar a legislação, ao menos formalmente, pelos dois lados.¹¹⁶ Ao que tudo indica, os(as) trabalhadores(as) do livro de funcionários faziam parte desses casos isolados em que a legislação era cumprida. A circunstância evidencia a complexidade do universo trabalhista, são várias posturas, legislações e códigos que estão em disputa no período e a classe trabalhadora, com sua diversidade, dialoga, negocia e luta com essas questões que aparecem ao mesmo tempo para garantir alguns direitos e para cerceá-la e reprimi-la.

¹¹⁶VARGAS, João Tristan. **O trabalho na ordem liberal:** o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas: CMU, 2004. p. 278.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a inserção da população negra no mercado de trabalho formal da cidade, a partir desse extrato, tenha se configurado de forma limitada na perspectiva de ascensão dentro da hierarquia de serviço, é possível perceber a importância da conquista desse espaço. Em um momento que o *ethos* do trabalho é constantemente difundido pela sociedade, o significado de possuir um emprego formal toma proporções sociais notáveis.

Os trabalhadores imigrantes, apesar de o número total não ser tão expressivo, faziam parte do grupo dos mais antigos funcionários registrados no livro e isso os colocava em um papel importante dentro da hierarquia de trabalho, visto que a idade e tempo de admissão estavam geralmente atrelados às faixas de salário. O fato de a empresa pertencer a um imigrante alemão também é um fator importante a ser considerado, essas situações de relações étnicas geralmente tem reflexos no ambiente interno do serviço. Porém, esse significado étnico precisa ser melhor estudado, para entendermos quais as implicações dessas circunstâncias entre os próprios trabalhadores(as) e na relação com os patrões.

Ainda que não seja possível analisar como o elemento étnico influenciou diretamente no ambiente interno das relações de trabalho, o significado social se faz evidente, com a exaltação da figura de Carl Hoepcke e o status vinculado aos trabalhadores(as) da empresa. Nesse sentido, o peso do trabalho formal para a respeitabilidade e honra, parece ser aumentado entre os funcionários da Companhia. Portanto, para os(as) funcionários(as) negros(as) essa inserção poderia significar uma maneira de ascensão na sociedade. Essa ação não se caracteriza como submissão, mas como uma estratégia real de sobrevivência. Da mesma maneira que essa vinculação do trabalho formal a uma maior respeitabilidade social não pode ser compreendida como algo cristalizado, pois a situação dos(as) trabalhadores(as) pobres, sobretudo negros(as), era instável, no mesmo momento que a posse de um emprego poderia lhe suscitar algum direito, a perda do trabalho o colocava numa condição ainda mais vulnerável.

Apesar de a inserção dos(as) negros(as) poder ser vista como uma ascensão, não minimiza a denúncia da segregação ocorrida na empresa. Os trabalhadores negros estavam apenas entre as faixas de salários mais baixas, mesmo se tratando de veteranos da fábrica, entre eles, o funcionário mais antigo relacionado no livro. Essa questão pode

estar vinculada com os casos levantados por Terence Miranda e Maria das Graças Maria, a respeito do local ocupado pela população negra no mercado de trabalho, geralmente associada à trabalhos com pouca qualificação.¹¹⁷ Apesar de quase todos os homens do livro estarem registrados como operários, provavelmente haviam distinções entre as funções e, possivelmente, entre os cargos com mão de obra menos qualificadas estavam os negros.

Entre as trabalhadoras o perfil possuiu outro contorno. As mulheres estavam dispostas em duas faixas de salários, e as negras estavam no conjunto de maior salário. O fato de que a análise do fenótipo indicar que as mulheres possuíam pele mais clara que os homens registrados no livro pode evidenciar o preconceito de cor, colocado por Nogueira, em que a aparência é um fator importante para a distinção e classificação racial.¹¹⁸ Analisando o perfil das trabalhadoras, ficou evidente a distinção salarial entre homens e mulheres. A questão da rotatividade no serviço se mostrou como uma especificidade entre as funcionárias, visto que na maior parte dos casos possivelmente estava atrelada ao casamento e isso geralmente era associado à maternidade e por consequência a mais faltas no trabalho. Porém, a situação não se limita apenas no ambiente do trabalho, o espaço público não era visto como local apropriado para mulheres, muitas vezes a exigência de saída do trabalho poderia ocorrer pelo futuro marido, sem uma ação direta da empresa. De toda maneira, foi possível perceber que as mulheres estavam no cotidiano da cidade, contribuindo efetivamente para a economia do local.

A questão da discriminação de negros e mulheres não pode ser tomada como uma ocorrência isolada da empresa, mas coloca a Companhia Hoepcke no contexto de relações de trabalho no país. A percepção dos mecanismos de segregação nos anos mais distantes da implementação da lei Áurea são importantes para verificarmos como o preconceito racial se ressignifica em diferentes contextos.

O livro de registro dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas também indica a aplicação de algumas das legislações que foram discutidas e implementadas no período, como a lei de férias e de acidentes de trabalho, contrariando a noção de ineficácia total das leis. A fonte não deixa rastros a respeito das condições em que essas leis foram aplicadas, mas é provável que os(as) trabalhadores(as) tivessem algum conhecimento sobre elas e essas questões fossem negociadas entre patrão e

¹¹⁷ MARIA, Maria das Graças. op. cit. e MIRANDA, Terence Burchert. op. cit.

¹¹⁸ NOGUEIRA, Oracy. op. cit.

funcionário(a). Da mesma maneira que é importante perceber a complexidade das situações; no mesmo ambiente em que havia distinção entre os(as) trabalhadores(as), algumas demandas colocadas pelo Estado para a classe trabalhadora estavam sendo cumpridas.

FONTES

CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)]**.

BRASIL, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977. **Batismos**. Nº 39. Ano: 1897/1899, Florianópolis. **Batismos**. Nº 41. Ano: 1899/1902. Florianópolis. Disponível em: <https://familysearch.org>. Acessado em: junho de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAISSE, Vinicius Possebon. **Vivenciando uma Cidade em Transformação: Cotidiano de classes populares no centro de Florianópolis (1900-1920)**. (Monografia). UFSC, Departamento de História, Florianópolis, 2009.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. São Paulo (SP), 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ARAÚJO, J. L; MARQUES, T. C. N; MELO, H. P. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da cervejaria Brahma. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 57, nº. 3, jul/set, 2003.

BARRETO, Maria Teresinha Sobierajski. PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. SOUZA, Sara Regina Silveira. **A Fábrica de Pontas Rita Maria: um estudo de arqueologia industrial**. Florianópolis: EDEME, 1983.

BASTOS, José Messias. **Comércio de Múltiplas Filiais em Florianópolis**. 1996. 186f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. 1 Notícia. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis:** aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921).** Salvador: Federação das indústrias do estado da Bahia, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão:** investigações sobre, raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura:** política social e racial no Brasil - 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. A autoridade do passado. In: **A farra do boi:** palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho:** política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.

GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

_____.Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**, n. 30, 2003.

_____.Preconceito racial: modos, temas e tempos. **Cortez**, São Paulo, v.6. 2012.

_____.**Racismo e Anti-racismo no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Proj. História**, São Paulo, v. 16, pg. 25-38, 1998.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. A organização e a atividade - das associações

voluntárias de socorro mútuo de trabalhadores de Florianópolis - SC (1886-1932). **Revista Mundos do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 57-84, jan/jun. 2012.

_____. Historiografia do Trabalho em Santa Catarina: Novas perspectivas. In: **III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007, Florianópolis. Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil.

_____. **“O Lábaro protetor da classe operária”**: As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). 2009. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: UFPel, 2001.

MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 149-160.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org). **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio C. Jucá; CAMPOS, Adriana (Orgs). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória; Lisboa; Brasília: UFES; IICT; CNPq, 2006.

MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). 1999. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1982.

MELLO, Cássila Cavaler Pessoa de. **A busca de espaços para o comércio de gêneros alimentícios em Desterro**: Galpões, quiosques e o novo Mercado Público Municipal. 2014. (Monografia). UFSC, Departamento de História, Florianópolis, 2014.

MIRANDA, Terence Burchert. **Mobilidade e Trabalho**: trajetórias de famílias negras de Biguaçu na primeira metade do século XX. 118f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

MÜLLER, Max José. **Carl Hoepcke**: estruturador do desenvolvimento catarinense.

Florianópolis: Insular, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: As relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A atuação de profissionais negros no mercado de trabalho de Pelotas – um estudo a partir das Carteiras profissionais (1933 a 1942). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 169-189, Dez. 2015.

PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária, 1975. p. 219.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Afro Ásia**, Salvador, v.24, p. 199-232, 2000.

REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra R. Ramalho e (Sandra Regina Ramalho e); KLUG, João. **Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro**. Florianópolis: Insular, 1999.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. 2004, v.5, n.8.

SCHMITT, Jaqueline Ap. M. Zarbato. **Trabalhando em Florianópolis: as práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras 1900-1920**. 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, Madrid: Fundacion Mapfre, 2011. v. III A abertura para o mundo (1889-1930).

SCOTT, Rebecca J. HÉBRARD, Jean M. **Prova de Liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. São Paulo: UNICAMP, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campos, 1979

SOUZA, Robério S. **Tudo pelo trabalho livre!**. Salvador: EDUFBA/FAPESP, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 p. 9. (Vol I, Vol II).

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

VARGAS, João Tristan. **O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República**. Campinas: CMU, 2004. p. 278.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis:** memória urbana. 3ª Edição. Florianópolis: Edufsc; Fundação Franklin Cascaes, 2010.